



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE HISTÓRIA**

RENAN PASA

**CAMPINAS DO SUL:
A HEGEMONIA PETEBISTA/EMEDEBISTA NOS ANOS DE 1959 A 1972**

**ERECHIM
2019**

RENAN PASA

CAMPINAS DO SUL:

A HEGEMONIA PETEBISTA/EMEDEBISTA NOS ANOS DE 1959 A 1972

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^ª.: Dr^ª. Isabel Rosa Gritti

ERECHIM

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pasa, Renan

CAMPINAS DO SUL: A HEGEMONIA PETEBISTA/EMEBIBISTA
NOS ANOS DE 1959 A 1972 / Renan Pasa. -- 2019.

71 f.:il.

Orientadora: Doutora Isabel Rosa Gritti.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
História-Licenciatura, Erechim, RS, 2019.

1. Campinas do Sul. 2. Política. I. Gritti, Isabel
Rosa, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.
III. Título.

RENAN PASA

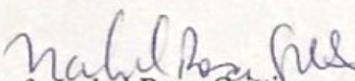
CAMPINAS DO SUL: HEGEMONIA PETEBISTA/EMEDEBISTA NOS ANOS 1959 A 1972

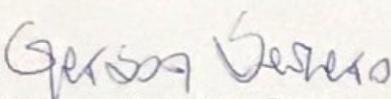
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

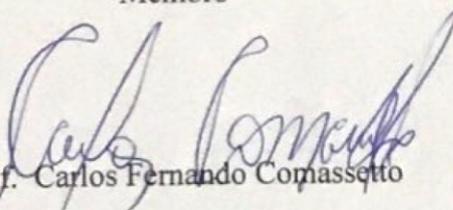
Orientador(a): Isabel Rosa Gritti

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 08/07/2019

Banca examinadora:


Prof. Isabel Rosa Gritti
(orientadora)


Prof. Gerson Luis Egas Severo
Membro


Prof. Carlos Fernando Comassetto
Membro

Dedico esse trabalho a todos que repudiam e lutam contra as desigualdades do mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente aos meus pais, Avelino Segundino Pasa (em memória) e Zulma Gema Pasa por todo amor e carinho e por sempre terem me incentivado e apoiado em meus estudos.

A minha companheira de luta, Alana Bruxel, com quem divido as incompreensões do mundo. Aos meus irmãos Rogério, Marcelo e Simone pelo apoio e incentivo constante.

Também, não posso deixar de agradecer a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, em especial a Venâncio Hugo Della Latta, a Nelso Della Latta, a Ângelo Joaquim Pasa, a Zulma Gema Pasa, a Neiva Ignês Grandó e ao pessoal do Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font de Erechim.

Em nossa vida acadêmica, foram muitos os colegas e professores com que tivemos a oportunidade de aprender e conviver. Porém, preciso realizar um agradecimento especial para a professora Isabel Rosa Gritti por toda a orientação e paciência e a todos os Professores de minha vida.

RESUMO

A hegemonia política, petebista/emedebista, nos primeiros anos de Campinas do Sul, ocorreu durante uma série de importantes eventos na conjuntura política regional, estadual e nacional. De 1959, ano da emancipação político-administrativa de Campinas do Sul, até 1972, último ano da administração eleita no pleito de 1968, ocorreu, a nível regional, estadual e nacional a campanha da legalidade. Campanha essa que buscou a posse legítima do vice-presidente eleito João Goulart, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. Também, em 1964 ocorreu, o golpe civil-militar e os seus subsequentes atos institucionais e suas consequências de violação dos direitos humanos. Com toda essa agitação política, Campinas do Sul também foi palco de discursos inflamados e a perseguição e violação das liberdades civis. Com o presente trabalho, através da utilização de fontes orais e documentais, busca-se apresentar o ambiente político em Campinas do Sul nos anos 1960 e a forma como ocorreu a hegemonia petebista/emedebista no município, bem como, as violações das liberdades individuais.

Palavras Chave: Hegemonia. Política. Petebista. Emedebista. Legalidade. Golpe.

ABSTRACT

Political hegemony, petebista/emedebista, in the early years of Campinas do Sul, occurred during a series of important events in the regional, state and national political conjuncture. From 1959, the year of the political-administrative emancipation of Campinas do Sul, until 1972, the last year of the administration elected in the 1968 election, the legality campaign took place at regional, state and national levels. Campaign that sought the legitimate possession of the elected Vice-President João Goulart, led by the then governor of Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. Also in 1964 occurred the civil-military coup and its subsequent institutional acts and their consequences of violation of human rights. With all this political turmoil, Campinas do Sul was also the scene of inflamed speeches and the persecution and violation of civil liberties. With the present work, through the use of oral and documentary sources, it is sought to present the political environment in Campinas do Sul in the 1960s and the way in which petebista/emedebista hegemony occurred in the municipality, as well as violations of individual freedoms.

Keywords: Hegemony. Politics. Petebista. Emedebista. Legality. Hit.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 01 – Ata número 01, comissão provisória de emancipação | 16 |
| Figura 02 – Ofício enviado para o Presidente da Assembleia Legislativa | 17 |
| Figura 03 – Credenciais expedidas pela Assembleia Legislativa | 18 |
| Figura 04 – Limite territorial município de Erechim década 1950 | 20 |
| Figura 05 – Limite territorial município de Campinas do Sul em 2018 | 20 |
| Figura 06 – Eleições municipais de 15 de novembro de 1982 | 24 |
| Figura 07 – Brizola durante a Campanha da Legalidade | 35 |
| Figura 08 – Trincheiras montadas ao redor do Palácio Piratini | 36 |
| Figura 09 – Ata de posse do primeiro, e temporário, mandato de vereadores | 44 |
| Figura 10 – Jornal A Voz da Serra de 26 de agosto de 1961 | 46 |
| Figura 11 – Distribuição da força partidária em Campinas do Sul | 51 |
| Figura 12 – Ivone Grando e cartaz de campanha a vice-presidente João Goulart | 58 |
| Figura 13 – Avelino Segundino Pasa e Edite Pelissari | 59 |
| Figura 14 – Inácio Pelissari (esq.) acompanhando a filha Edite Pelissari. Casamento de Elói Dal Piva | 60 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01 – Administrações campinenses | 27 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DEM – Democratas

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ICA – Associação de Colonização Judaica / Jewish Colonization Association

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PL – Partido Libertador

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRP – Partido Social Progressista

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRP – Partido de Representação Popular

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 FORMAÇÃO DE CAMPINAS DO SUL | 13 |
| 2.1 EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA..... | 14 |
| 2.2 PANORAMA GERAL DE CAMPINAS DO SUL ATÉ OS DIAS ATUAIS..... | 19 |
| 2.2.1 Divisão territorial | 19 |
| 2.2.2 Eleições municipais 1959 - 2020 | 21 |
| 3 AMÉRICA LATINA, BRASIL E RIO GRANDE DO SUL..... | 28 |
| 3.2 PRINCIPAIS PARTIDO POLÍTICOS PÓS-1945..... | 30 |
| 3.3 CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL PRÉ-1964..... | 32 |
| 3.3.1 Campanha da Legalidade | 34 |
| 3.3.2 Parlamentarismo no Brasil, retorno do Presidencialismo e as Reformas de Base.. | 36 |
| 3.3.3 Grupo dos Onze | 38 |
| 3.4 CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL PÓS-1964..... | 39 |
| 3.4.1 Os Atos Institucionais e a implementação do bipartidarismo..... | 41 |
| 4 CONJUNTURA POLÍTICA LOCAL | 42 |
| 4.1 CAMPINAS DO SUL PRÉ-1964 | 42 |
| 4.2 CAMPINAS DO SUL PÓS-1964 | 51 |
| 4.3 GRUPO DOS ONZE E AS PRISÕES EM CAMPINAS DO SUL | 55 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 62 |
| REFERÊNCIAS | 65 |
| APÊNDICES – AUTORIZAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTAS..... | 67 |

1 INTRODUÇÃO

A valorização da história regional é fundamental para a construção e manutenção da identidade de qualquer sociedade. Campinas do Sul, no ano de 2019, completará 60 anos de emancipação político-administrativa. Com isso, o presente trabalho busca analisar a memória política dos primeiros anos do município, a fim de compreender como ocorreu a hegemonia política petebista/emedebista.

Sobretudo, os acontecimentos políticos dos últimos anos: a polarização política, o ambiente social inserido em um tempo de “pós-verdade”, o ressurgimento de assuntos pertinentes ao período da Guerra Fria, o medo do comunismo e o conservadorismo da sociedade, tornam necessário a lembrança do passado obscuro que, durante 21 anos, influenciou, censurou e torturou civis, políticos e militares no país inteiro. A ação dos militares não foi exclusiva nos grandes centros urbanos e, com isso, Campinas do Sul também vivenciou suas arbitrariedades. Apesar disso, mesmo com a ditadura instaurada, o PTB/MDB campinense se mostrou hegemônico politicamente tanto no executivo quanto no legislativo.

Buscamos compreender o contexto político que compreende os três primeiros mandatos em Campinas do Sul. Mais especificamente, o período que se estende de 1959, com a emancipação político-administrativa, até o fim de 1972, ano em que encerra o último mandato político dos eleitos na década de 1960.

Desta forma, o presente trabalho está estruturado em três capítulos:

No primeiro capítulo, utilizando fontes bibliográficas buscamos apresentar ao leitor, como ocorreu a formação político-administrativa e as divisões territoriais do município de Campinas do Sul, bem como, apresentar todas as administrações até ano de 2020.

No segundo capítulo, utilizando fontes bibliográficas, o foco é uma contextualização dos acontecimentos políticos em âmbito continental, nacional e estadual.

No terceiro capítulo, o estudo é voltado a conjuntura política local. Abordamos tanto as ações políticas em Campinas do Sul através de fontes orais, bem como, de fontes documentais. Nesse caso, nos limitamos as atas da Câmara de Vereadores de Campinais do Sul, Livro de Registro de Candidatos do Cartório Eleitoral de Getúlio Vargas e da imprensa local através das edições, de 1959 a 1969, do jornal A Voz da Serra. Para uma melhor estruturação e análise, dividimos esse capítulo em três subcapítulos: Campinas do Sul pré-1964, ou seja, período anterior ao golpe civil-militar de 1964, Campinas do Sul pós-1964 e Grupo dos Onze e as prisões em Campinas do Sul.

2 FORMAÇÃO DE CAMPINAS DO SUL

O atual município de Campinas do Sul está situado na região do Alto Uruguai gaúcho, aproximadamente 373 km da capital Porto Alegre. De sua formação até a emancipação político-administrativa fez parte da fazenda Quatro Irmãos, do Distrito Quatro Irmãos, pertencente ao município de Erechim, e como 15º Distrito do município de Erechim.

A empresa inglesa Jewish Colonization Association – ICA, em 1909, adquiriu da família Santos Pacheco a fazenda Quatro Irmãos, uma área de 93.850 hectares ou 3.750 colônias de terra. Os primeiros imigrantes começaram a se estabelecer nessa colônia a partir de 1911. Naquele período, a área fazia parte do município de Passo Fundo. Para fins de comparação, atualmente o Parque Municipal Longines Malinowski, situado no município de Erechim, possui aproximadamente uma colônia de terra, ou seja, a área adquirida pela colonizadora inglesa era bastante extensa.

Segundo Gritti (1997), a colonizadora inglesa, ICA, foi criada em 1891 por Barão Maurice de Hirsch, filantropo de origem judaica, e outros associados. O objetivo principal, era a criação de colônias agrícolas no Novo Mundo a fim de “promover a emigração dos judeus, vítimas de discriminações e perseguições no leste europeu e na Ásia, e transferi-los para países cuja legislação assegurasse uma existência livre de discriminações” (p. 15).

Della Latta (2004) observa que, em 1909 já haviam registros, no Cartório de Registros de Passo Fundo, de mapas estabelecendo a divisão da fazenda Quatro Irmãos, bem como, a delimitação de 01km² dividido em quadras de 10.000m², com ruas e praças onde hoje está situado o município de Campinas do Sul.

Ainda Della Latta (2004), o início do povoamento localizou-se na parte mais elevada da cidade, onde hoje está situado o CTG Rodeio da Querência. Porém, devido a falta de água, alguns moradores começaram a se instalar nas regiões mais baixas. O maior fluxo de imigrantes iniciou a partir de 1937. Antes disso, haviam focos de moradias isoladas, sobretudo mais aos arredores do que viria a se tornar o município.

Para Della Latta (2004), os primeiros imigrantes que chegaram, na área delimitada do atual município de Campinas do Sul, eram em sua maioria de origem italiana seguidos de alemães. Esses imigrantes eram oriundos, principalmente, das chamadas colônias velhas, ou seja, região da grande Caxias do Sul e do Vale do Sinos.

Como qualquer município ou comunidade em formação, Campinas do Sul recebeu vários nomes, entre os quais: Campo Bonito, Campos Limpos e Campinas. Em 1937, conforme Della Latta (2004), a localidade foi oficialmente denominada, em menção à Louis Oungre

diretor Geral da ICA de 1911 a 1949, de Vila Oungre.

Com a Lei nº 130, de 29/11/1951, foi criado o Distrito de Campinas, território desmembrado do Distrito de Quatro Irmãos e anexado ao município de Erechim, sendo assim o 15º Distrito de Erechim.

2.1 EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Della Latta (2004) apresenta que, em 1957 surgiu na população de Campinas, Jacutinga e Quatro Irmãos, os três ainda sendo distritos do município de Erechim, o desejo da emancipação político-administrativa. Então, em 1958, vislumbrando um futuro próspero e autônomo, iniciaram-se os primeiros movimentos emancipacionistas.

Conforme figura 01, a primeira reunião do movimento emancipacionista, foi realizada no dia 04/01/1958. Foi estabelecido uma comissão provisória, tendo sido designados os seguintes nomes: Venâncio Hugo Della Latta, Ulrich Hermann Hoschele, Olinto Battiston, Alberto Fossati Astrogildo, Mansueto Baccin, Arlindo Chiaradia, André Corbelini, Juracy Fanfa Ribas, Adolpho Grando, Padre Ângelo Moriconi, Altair Caldart, Deonísio Gasperin e Mário Gasperin. Após isso, ainda conforme Della Latta (2004), foi realizado reuniões com as comissões emancipacionistas dos distritos vizinhos, Jacutinga e Quatro Irmãos. Nessas reuniões, foram debatidos estudos que validassem a viabilidade da emancipação, de como ficaria a arrecadação de tributos entre outros assuntos.

Na quarta reunião, realizada no dia 01/02/1958 constituiu-se a comissão emancipacionista oficial, ficando formada por: Venâncio Hugo Della Latta, Ulrich Hermann Hoschele, Arlindo Chiaradia, Alberto Fossati Astrogildo, José Echer e Olinto Battiston. Cabendo a Ulrich Herman Hoschele a elaboração de um ofício comunicando e solicitando as credenciais, para desempenhar as funções da referida comissão, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Na figura 02, pode-se observar o ofício enviado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Nesse período, a presidência estava sob a liderança do deputado Alberto Hoffmann do PRP. Já no dia 06/02/1958, conforme figura 03, as credenciais solicitadas pela comissão emancipacionista foram expedidas pela Assembleia Legislativa.

Tanto Campinas como Jacutinga reivindicaram a sede do futuro município para as suas localidades. Conforme Della Latta (2004), a comissão emancipacionista, após ter obtido as credenciais solicitadas, realizou um plebiscito no dia 30/11/1958 que determinaria a futura sede

municipal. Neste evento, Campinas obteve 1.868 votos contra 1.489 votos de Jacutinga. Portanto, com o resultado, a sede política-administrativa foi fixada, no antigo 15º Distrito de Erechim, em Campinas.

Concluído o plebiscito, após aproximadamente um ano da primeira reunião que constituiu a comissão provisória de emancipação, com a sanção da Lei Estadual nº 3.705 de 31/01/1959, pelo então governador do Estado, Ildo Meneghetti, do PSD, é criado o município de Campinas do Sul.

Figura 01 – Ata número 01, comissão provisória de emancipação.

PÚBLICA FORMA de uma ata de Assembleia para Emancipação do distrito de Campinas e Jacutinga, município de Brechim, que me foi apresentada para ser reproduzida por cópia legal e autêntica, cujos dizeres são os seguintes: "Ata Nº 1. Aos quatro dias de janeiro de mil novecentos e cinquenta e oito, reuniu-se, nas dependências do Esporte Clube Serrano - gentilmente cedidas por sua Diretoria - um grupo de pessoas interessadas na emancipação do distrito de Campinas, e zonas adjacentes. As 16 horas constituiu-se uma mesa diretora dos trabalhos, orientada pelo vereador senhor Venâncio Hugo Della Latta e secretariada pelos senhores Ulrich Hermann Höschele e Alberto Fossati, tendo sido convidado a participar da mesa o rev. Pe. Angelo Moriconi e o senhor Mansuetto Baccin. Aberta a sessão, foi feito pelo vereador Della Latta uma exposição de motivos, dizendo da finalidade da reunião em seguida foi lido pelo senhor Alberto Fossati, um expediente de Leis dispondo sobre a materia e suas exigencias legais sendo os itens mais importantes verbalmente esclarecidos aos presentes. Também os srs. Fossati e Höschele usaram da palavra, explanando o assunto e fazendo ver aos presentes os prós e contras de um movimento emancipacionista. Usou da palavra o sr. Arlindo Chiaradia para debater a questão da formação da comissão provisória para estudar as possibilidades da eventual emancipação, caso já esclarecido pelo sr. presidente da mesa no início da sessão, e que tornou a ser detalhadamente explicado pela mesa. A seguir, liderado pelo rev. Pe. Angelo Moriconi, iniciou-se um movimento no sentido de serem indicados dos pelos presentes uma lista com nomes de pessoas que integrarão o Conselho Provisório de Constituição da Comissão Emancipacionista de Campinas, tendo sido indicados os seguintes cidadãos: Hugo Della Latta, Ulrich Hermann Höschele, Olinto Batiston, Alberto Fossati, Mansuetto Baccin, Arlindo Chiaradia, André Corbellini, Juracy Fanfari, Adolfo Grando, Pe. Angelo Moriconi, Altaír Caldart, Dionísio Gasperin e Mário Gasperin. O sr. Chiaradia sugeriu que os membros desse Conselho fossem os integrantes da Comissão Provisória a ser formada, o que foi aprovado pelos presentes. Por sugestão dos presentes, foi acrescentado o sr. Antonio Clivatti à lista dos Conselheiros.- Nada mais havendo a tratar o sr. presidente encerrou a sessão, convocando o novo Conselho para sua primeira reunião no dia cinco do corrente, no Esporte Clube Serrano. Eu, U. H. Höschele, lavrei a presente ata que vai assinada pelo sr. presidente e demais presentes." (Continua as seguintes assinaturas: Hugo Della Latta, A. Fossati, Olinto Batiston, Pe. Angelo Moriconi, Antonio Reolon, Edvino Simon, Adolfo Grando, Aristides Teló, Secondo Celuppi, Angelo S. Zanetti, Claudio Martinazzo, Arlindo Chiaradia, Delvino Bernardi, Mansuetto Baccin, Bruno Leopoldo Ramme, Líbero Ughino, Hylario Olimpio Peracchi, Mario Oreste Gasperin, Alfredo Reslan, Fermino Lazzari, Pedro Binot Netto, Carlo Colpani, Joracido Gomes, Dalcy Gomes, V. Frigeri, Carlos Raota, João Batista Bonfanti, Teofilo Angerer, André Corbellini, Octavio Araldi, Lourenço Lorenzi, Inocente Marmentini, Albino Pessini, Pasqual Celuppi, Agostino Pecini, João B. Clivatti, Alcides Gomes, Cerilo Giacomolli, Lauriano Dall'Agnol, João Marqueto Martinazzo, Balduino Marchese, Dionísio Gasperin, Altaír Caldart, Balduino Echer, Gregorio Giacomolli, Alvize Galeazzi, Albino Gugel, Ernesto Angelino Pagliosa e Máximo Chiodelli. As firmas supra transcritas estavam devidamente reconhecidas à folha numero 3 da dita ata.) - Era o que se continha em dito documento para aqui bem e fielmente transcrito do original, do qual fiz extrair a presente publica forma que, depois de lida e achada conforme, faço entrega, juntamente com o original, ao portador, nesta vila de Campinas, aos quatro dias de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito. Eu, *Augusto Telles* Escrivão Distrital em pleno exercício que a conferi, subscrevo e assino em publico e raso.

Em Teste 17 da Verdade 4 de Junho de 1958

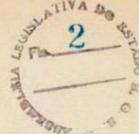
Augusto Telles
João B. Clivatti

AUGUSTO TELLES
ESCRIVÃO DISTRITAL
GENI TELLES
AJUDANTE
 CAMPINAS, MUNICÍPIO DE BRECHIM, R. G. DO SUL

ERIKAL - S. Paulo
 Urubitinga, 16

(Fonte: http://www.acervomemorial.al.rs.gov.br/uploads/r/memorial-do-legislativo-do-rio-grande-do-sul/9/7/978c4d1b1e0dd88719d3d9653f83cf18e391c03799e1bc79e279643ec6c2ad37/981958_Campinas__e_Jacutinga.PDF. Acesso em outubro de 2018).

Figura 02 – Ofício enviado para o Presidente da Assembleia Legislativa.


 98
 -6. FEV. 1968

Campinas, 11 de fevereiro de 1958

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
PORTO ALEGRE

*Credenciais - n.
 6.258
 Oppmann*

Senhor Presidente,

De acôrdo com a Lei Estadual nº 2.116, de 24 de setembro de 1953, estamos apresentando à V. Excia., PUBLICA FORMA de duas átas, devidamente autenticadas, nas quais constam a escolha da COMISSÃO EMANCIPADORA dos distritos de Campinas e Jacutinga, do município de Erechim, a qual é integrada pelos seguintes cidadãos:

Vereador VENANCIO HUGO DELLA LATTA
 Senhor ULRICH HERMANN HÖSCHELE
 Senhor ARLINDO CHIARADIA
 Senhor ALBERTO FOSSATI ASTROGILDO
 Senhor JOSE ECCHER e
 Senhor OLINTO JOAO BATISTON.

Pedimos vênia à V. Excia. para solicitar sejam expedidas à referida COMISSÃO, as credenciais necessárias ao desempenho de suas funções.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para apresentar à V. Excia. os nossos protestos da mais alta estima e consideração, subscrevendo-nos

ATENCIOSAMENTE

Hugo Della Latta

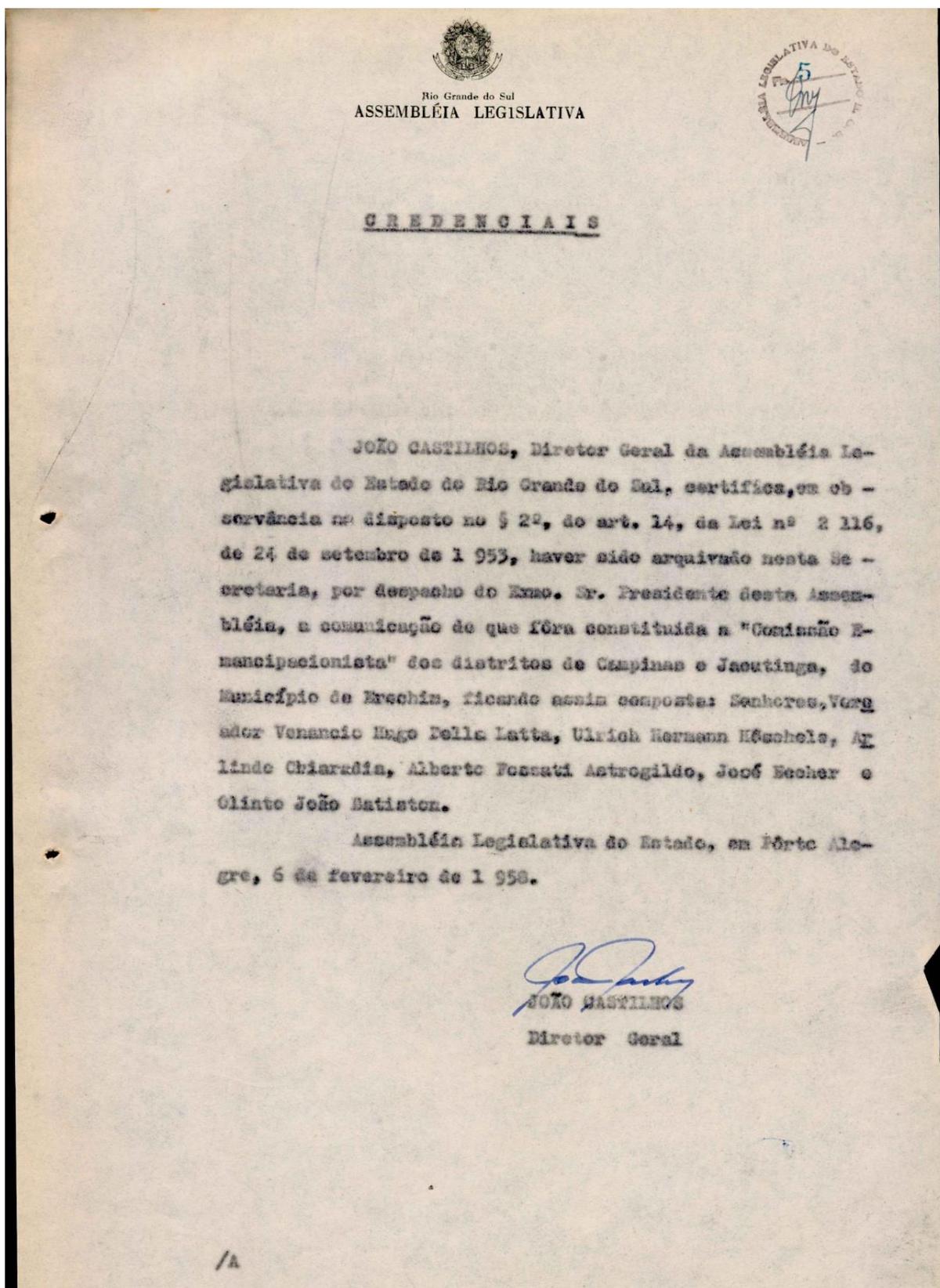
Ulrich H. Horschel

Arlindo Chiaradia

Olinto Joao Battiston

(Fonte: http://www.acervomemorial.al.rs.gov.br/uploads/r/memorial-do-legislativo-do-rio-grande-do-sul/9/7/978c4d1b1e0dd88719d3d9653f83cf18e391c03799e1bc79e279643ec6c2ad37/981958_Campinas_e_Jacutinga.PDF. Acesso em outubro de 2018).

Figura 03 – Credenciais expedidas pela Assembleia Legislativa.



(Fonte: http://www.acervomemorial.al.rs.gov.br/uploads/r/memorial-do-legislativo-do-rio-grande-do-sul/9/7/978c4d1b1e0dd88719d3d9653f83cf18e391c03799e1bc79e279643ec6c2ad37/981958_Campinas__e_Jacutinga.PDF. Acesso em outubro de 2018).

2.2 PANORAMA GERAL DE CAMPINAS DO SUL ATÉ OS DIAS ATUAIS

De forma breve, neste subcapítulo, apresentaremos questões que abordam: a divisão territorial, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos. O recorte temporal dessa análise compreende o início em 1959, ano da emancipação político-administrativa de Campinas do Sul, até a data de conclusão deste trabalho. Cabe salientar que a administração eleita no último pleito eleitoral, ocorrido em 2016, termina o seu mandato no ano de 2020. Também, é importante acrescentarmos que durante as legislaturas, ocorridas nos 60 anos do município de Campinas do Sul, houve vereadores suplentes que acabaram assumindo devido questões diversas. Porém, deixamos registrado que devido ao objetivo de nosso trabalho, utilizamos apenas os nomes dos vereadores eleitos e não dos suplentes que porventura assumiram seus mandatos.

2.2.1 Divisão territorial

Em 1959, Campinas do Sul, possuía sua divisão territorial constituída pelo Distrito sede, Campinas do Sul, e pelo Distrito de Jacutinga. Conforme a sanção da Lei Municipal nº 45 de 24/06/1960, pelo então prefeito municipal Arlindo Guerino Chiaradia, é criado um terceiro Distrito, o de Ponte Preta. Na figura 04, podemos observar os limites do município de Erechim no início da década de 1950, período em que Campinas do Sul ainda era o 15º Distrito de Erechim.

Em 1964, o Distrito Jacutinga conseguiu sua emancipação político-administrativa. Então, com a Lei Estadual nº 4.734 de 01/06/1964, foi formado o município de Jacutinga, tendo sua divisão territorial composta: pelo Distrito sede Jacutinga, e pelo Distrito de Ponte Preta.

Com a Lei Municipal nº 52 de 27/06/1979, sancionada pelo prefeito municipal, Gomercindo Baldissera, é criado o Distrito de Cruzaltense. Campinas do Sul ficou então constituída pelo Distrito sede, Campinas do Sul e pelo Distrito de Cruzaltense.

Conforme a narrativa histórica de Cruzaltense, acessada em seu website oficial, em 1987 o então prefeito municipal de Campinas do Sul, Leonir Antônio Bortulini, incentivou a população do Distrito de Cruzaltense a buscar sua emancipação político-administrativa. Neste processo, em 1988, foi realizado um plebiscito que deu aval a emancipação. Porém, neste mesmo ano, uma comissão anti-emancipacionista impediu, através da justiça, a formação do novo município. Somente com a Lei Estadual nº 10.745 de 16/04/1996, Cruzaltense é elevado à categoria de município. Desde então, Campinas do Sul, conforme a figura 05, encontra-se

com sua divisão territorial inalterada.

Figura 04 – Limite territorial município de Erechim década 1950.



(Fonte: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/28155204-mapa-historico-pop-1950.pdf>. Acesso em novembro de 2018).

Figura 05 – Limite territorial Campinas do Sul em 2018.



(Fonte: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-norte.pdf>. Acesso em novembro de 2018. Editado, evidenciando Campinas do Sul, por Renan Pasa).

Conforme o último censo realizado pelo IBGE, em 2010, dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Campinas do Sul, se tratando de população, ocupa a posição 252 com 5.506 habitantes. Desses, 4.217 habitantes estão na cidade e 1.289 na zona rural. Sua densidade demográfica é de 19,94 hab/km². Ainda conforme o IBGE, em 2016, o salário médio mensal era de 2,2 salários mínimos. O PIB per capita, conforme estimativa de 2016, é de R\$ 37.138,53 e IDHM de 0,760. Dessa forma, ocupa a posição 149 no Estado do Rio Grande do Sul. A taxa de escolarização das crianças entre 6 e 14 anos de idade é de 99,4%. No que diz respeito a esgoto sanitário, 87% de seus domicílios estão de forma adequada.

2.2.2 Eleições municipais 1959 - 2020

Apresentamos abaixo as administrações de Campinas do Sul e algumas observações referente aos pleitos eleitorais.

No primeiro pleito eleitoral, para a administração 1959 a 1963, foram eleitos para prefeito Arlindo Guerino Chiaradia, do PTB, e para vice-prefeito Armando João Molin, do PSD. Segundo Della Latta (2004), para a casa legislativa houveram dois mandatos, o primeiro, findado em 31 de dezembro de 1959, assumiram os seguintes vereadores: Aurélio Sordi, do PSD; Onestino S. Moll, do PSD; Olinto B. Battiston, do PSD; Ulrich Hermann Hoschele/Germano Hoshcele, do PSD (nos diferentes documentos pesquisados - atas da comissão emancipacionista, atas de posses, atas da Câmara dos Vereadores e na história do município de Cruzaltense - ora encontramos o nome Ulrich ora Germano, esse último de mais fácil pronúncia para os descendentes de línguas românicas, neste trabalho optamos por utilizar o nome original, ou seja, Ulrich Hermann Hoshcele); Juracy Fanfa Ribas, do PRP; Tercílio Grando, do PTB; Antônio Clivatti, do PTB, e Eduardo A. Fontana, do PTB. Para o segundo, e permanente, mandato, que terminaria em 31 de dezembro de 1963, foram eleitos: Juracy Fanfa Ribas, do PTB (conforme consta no Livro para Registros de Candidatos N° 09 da 70ª Zona Eleitoral do RS, para o primeiro pleito, o vereador Ribas concorreu pela sigla PRP e posteriormente ingressou no PTB); Venâncio Hugo Della Latta, do PTB; Faustino Pelencio Gomes, do PTB; Antônio Clivatti, do PTB; Ulrich Hermann Hoshcele, do PSD; Olinto Battiston, do PSD, e Darvile Dall Oglio, do PSD.

No segundo pleito, para a administração 1964 a 1969, foram eleitos para prefeito Venâncio Hugo Della Latta e para vice-prefeito Etelvino Vendruscolo, ambos do PTB. Os vereadores eleitos para esse período foram: Nelso Della Latta, do PTB; Arlindo Guerino

Chiaradia, do PTB; Ângelo Joaquim Pasa, do PTB; Heraclides de Azevedo, do PTB; Hervin Sperkacker, do PSD; Primo Santin, do PSD, e Olinto B. Battiston, do PSD.

Com o Ato Institucional Número Dois (AI-2), segundo Fundação Getúlio Vargas (2019), anunciado no dia 27 de outubro de 1965, redefinia de forma autoritária os termos do AI-1, entre os termos estava a dissolução de todos os partidos políticos existentes. No mês seguinte, em novembro de 1965, foram definidas as regras para a reorganização partidária: de um lado o partido governista, a favor dos militares, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, de outro, a oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No terceiro pleito, para a administração 1969 a 1973, foram eleitos para prefeito Arlindo Guerino Chiaradia e para vice-prefeito Etelvino Vendruscolo, ambos do MDB. Os vereadores eleitos foram: Altair Caldart, da ARENA; Osmar Antônio Zancanaro, do MDB; Antônio Colpani, da ARENA; Pedro Pagliarini, da ARENA; Antônio Manuel Gomes, do MDB; Miguel Pinto de Toledo, do MDB, e Santo Clivatti do MDB.

No quarto pleito, para a administração 1973 a 1977, foram eleitos para prefeito Valdir Calegari e para vice-prefeito Pedro Pagliarini, ambos da ARENA. Os vereadores eleitos foram: Almiro Guisolfi, da ARENA; Aldo Pereira Viera, da ARENA; Antônio Colpani, da ARENA; Zelino Guerino Camerini, da ARENA; Venâncio Hugo Della Latta, do MDB; Dalcly Gomes, do MDB, e Antônio Manuel Gomes, do MDB.

No quinto pleito, para a administração 1977 a 1983, foram eleitos para prefeito Gomercindo Baldissera e para vice-prefeito Halei Sangalli, ambos da ARENA. No fim do mandato, com a renúncia do prefeito, o vice-prefeito, Halei Sangalli, assumiu a prefeitura. Os vereadores eleitos foram: Severino Baldissera, da ARENA; Zelino Guerino Camerini, da ARENA; Darci Antonio Corbelini, da ARENA; Octavio Araldi, da ARENA; Erminda Carbonari, do MDB; Alcir Batista Bonfante, do MDB, e Arlindo Guerino Chiaradia, do MDB. Erminda Carbonari, popularmente conhecida como “Dona Minda”, foi a primeira mulher a alcançar o cargo de vereadora, inclusive com a maior votação do pleito, tendo obtido 242 votos frente aos 211 do segundo mais votado.

Com o fim do bipartidarismo, o MDB é renomeado para PMDB, assim como ARENA é renomeada para PDS. Em um primeiro momento, com a volta do pluripartidarismo, em Campinas do Sul, como mostra a figura 06, continuou-se a antiga polarização entre PTB x PSD, MDB x ARENA e agora PMDB x PDS. Também, o número de cadeiras no legislativo passou de 7 para 9 lugares. Com isso, para a administração 1983 a 1988, foram eleitos para prefeito Leonir Antônio Bortolini e para vice-prefeito Nelso Della Latta, ambos do PMDB. Para a casa legislativa foram eleitos: Wilson Dall’Agnol, do PMDB; Ângelo Joaquim Pasa, do PMDB;

Mauro Fernando Chiaradia, do PMDB; Etelvino Vendruscolo, do PMDB; Orelino Mussolini Rigo, do PDS; Olivo Agostinho Calsa, do PDS; Armide João Angerer, do PDS; Gomercindo Baldissera, do PDS, e João Baldiga, do PMDB.

Novamente podemos observar a migração partidária dos petebistas para o MDB e agora, com o fim do bipartidarismo, para o PMDB. Conforme a figura 06, nomes de antigos petebistas aparecem com a sigla do PMDB. São os casos de: Nelso Della Latta, Ângelo Joaquim Pasa, Mauro Fernando Chiaradia (filho de Arlindo Guerino Chiaradia) e Etelvino Vendruscolo.

Figura 06 – Eleições municipais de 15 de novembro de 1982.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO SUL

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 15 DE NOVEMBRO DE 1982

MUNICÍPIO: **CAMPINAS DO SUL** ZONA: **70ª**

| SEÇÕES | | ELEITORADO | |
|-----------------|-----|---------------|-------|
| Organizadas | 27 | Funcionaram | 27 |
| Não funcionaram | -0- | Anuladas | -0- |
| | | Aptos a votar | 4.844 |
| | | Votantes | 4.413 |

| PREFEITO ELEITO | LEGENDA OU SUBLEGENDA | VOTAÇÃO OBTIDA |
|------------------------------|-----------------------|----------------|
| P - Leonir Antonio Bortulini | PMDB | 1.335 |
| V - Nelson Della Latta | PMDB | 1.335 |

| LEGENDAS QUE REGISTRARAM CANDIDATOS | VOTAÇÃO OBTIDA PELAS LEGENDAS |
|---|-------------------------------|
| 1 - PDS | 1.997 |
| 2 - PDT | -0- |
| 3 - PT | -0- |
| 4 - PMDB | 2.229 |
| SOMA DAS LEGENDAS | 4.226 |
| VOTOS EM BRANCO | 110 |
| (BASE PARA CÁLCULO DO QUOCIENTE ELEITORAL) (VOTOS VÁLIDOS) SUBTOTAL | 4.336 |
| VOTOS NULOS | 77 |
| TOTAL GERAL PARA VEREADORES | 4.413 |

QUOCIENTE ELEITORAL: **482** Nº DE CADEIRAS A PREENCHER: **9**

| DISTRIBUIÇÃO DAS CADEIRAS | P/QUOC. PART. | P/SOBRAS | TOTAL |
|---------------------------|---------------|----------|-------|
| PDS | 4 | - | 4 |
| PDT | - | - | - |
| PT | - | - | - |
| PMDB | 4 | 1 | 5 |

| VEREADORES ELEITOS (ORDEM DECRESCENTE DE VOTAÇÃO) | PARTIDOS | VOTAÇÃO OBTIDA |
|---|----------|----------------|
| 1º - Wilson Dall'Agnol | PMDB | 415 |
| 2º - Angelo Joaquim Pasa | PMDB | 354 |
| 3º - Mauro Fernando Chiaradia | PMDB | 304 |
| 4º - Etelvino Vendruscolo | PMDB | 292 |
| 5º - Orelcio Mussolini Rigo | PDS | 283 |
| 6º - Olivo Agostinho Calsa | PDS | 267 |
| 7º - Armide Joao Angerer | PDS | 261 |
| 8º - Gomercindo Baldissera | PDS | 241 |
| 9º - João Baldiga | PMDB | 166 |
| 10º - | | |
| 11º - | | |
| 12º - | | |
| 13º - | | |
| 14º - | | |
| 15º - | | |
| 16º - | | |
| 17º - | | |
| 18º - | | |
| 19º - | | |
| 20º - | | |
| 21º - | | |

(Fonte: http://capa.tre-rs.jus.br/upload/40/Municipais_Campinas_do_Sul1982.PDF. Acesso em novembro de 2018).

No sétimo pleito, para a administração 1989 a 1992, foram eleitos para prefeito Ari Benjamin Battisti e para vice-prefeito Egon Kissmann, ambos do PDS. Nesta ocasião, aparece a primeira coligação partidária, PMDB e PDT. Assim como, a primeira vez que um terceiro partido tenta a eleição no legislativo, no caso o PDT. Os vereadores eleitos foram: Anivaldo Joares Sandri, do PMDB; Olivo Agostinho Calsa, do PDS; Santo Talgatti Filho, do PDS; Clovis Alécio Baruffi, do PDS; Balduino Paulo Paliarini, do PDS; Leonir Scanegatta, do PDT; Gomercindo Baldissera, do PDS; Dalcy Gomes, do PDT, e Venâncio Hugo Della Latta, do PMDB.

No oitavo pleito eleitoral, para a administração 1993 a 1996, foram eleitos para prefeito Egon Kissmann e para vice-prefeito Glademir Vassali, ambos do PDS. Para a casa legislativa, foram eleitos: Celso Dias da Silva, do PDT; Gomercindo Baldissera, do PDS; Miguel Augusto Sandri, do PDS; Milton Ângelo Cantele, do PMDB; Paulo João Damiani, do PDT; Mauro Luiz Semense, do PDS; Santo Talgatti Filho, do PDS; José Mezzalira, do PDS, e Vitório Cattivelli, do PDS. Neste pleito, houve quatro partidos disponibilizando nomes para o legislativo PMDB, PDT, PDS e PT.

No nono pleito eleitoral, para a administração 1997 a 2000, foram eleitos para prefeito Carlos Alberto Corbellini, do PDT, e para vice-prefeito Milton Ângelo Cantele, do PMDB. Para a casa legislativa, foram eleitos: João Trentin, do PPB; Mauro Luiz Semense, do PPB; Paulo João Damiani, do PDT; Norberto Gomes, do PMDB; Clóvis Alécio Baruffi, do PPB; Nelson Checato, do PDT; Almiro Guisolfi, do PPB; Santo Talgatti Filho, do PPB e Reinaldo Martinazzo, do PMDB. Neste período, o PDS é renomeado para PPB.

No décimo pleito eleitoral, para a administração 2001 a 2004, foram eleitos para prefeito Carlos Alberto Corbellini, do PDT, e para vice-prefeito Jorge Coppini, do PMDB. Até a conclusão deste trabalho, foi a eleição mais acirrada na história do município, a diferença de votos entre PDT/PMDB x PP foi de apenas 12 votos. Novamente o PPB, passa por uma reformulação, e foi renomeado para PP. Também foi o primeiro pleito com a presença de 3 chapas para o executivo: o PP, o PT e o PDT coligado com o PMDB. Para a casa legislativa, foram eleitos: Edemilson Luis Dall Agnol, do PMDB; João Trentin, do PP; Ademar Baldissera, do PP; Sergio Luis Zampieri, do PP; Irineu José Jiucoski, do PP; Inês Antônia Gomes Bertani, do PDT; Geison Ernani Bortulini, do PMDB; Gilson Luiz Dorigon, do PMDB e Gomercindo Baldissera, do PDT.

No décimo primeiro pleito eleitoral, para a administração 2005 a 2008, foram eleitos para prefeito Neri Montepó, do PP, e para vice-prefeito Dimas Grossi, do PMDB. O PT apesar de não ter obtido êxito na eleição majoritária, pela primeira vez conseguiu eleger alguns de seus

candidatos a vereadores. Para a casa Legislativa, foram eleitos: Edemilson Luis Dall Agnol, do PMDB; Egon Kissmann, do PP; Júlio César Ramme, do PP; Paulo João Damiani, do PDT; Rodimar Passaglia, do PT; Alexandre Mendonça, do PT; João Trentin, do PP; Geison Ernani Bortulini, do PMDB, e Gilson Luiz Dorigon, do PMDB.

No décimo segundo pleito eleitoral, para a administração 2009 a 2012, foram eleitos para prefeito Neri Montepó e para vice-prefeita Vera Lúcia Saccon, ambos do PP. Essa administração marca a presença da primeira mulher no executivo municipal. Para a casa legislativa, foram eleitos: Silvana Nonemacher Gugel, do PP; Jacir Pedrinho Camerini, do PMDB; Clóvis Alécio Baruffi, do PP; Egon Kissmann, do PP; Sadi José Sansigolo, do PMDB; Vanderlei Carlos Nunes, do PT; Alessandro Dal Zotto, do PSB; Júlio César Ramme, do PP, e Ronaldo Della Latta, do PMDB. Constata-se, a partir desse pleito eleitoral, novos partidos políticos: DEM, PTB, PSB e PRB aparecem nas eleições municipais. Também, cabe salientar que o PTB, que aparece nesse pleito, não é o mesmo PTB dos anos 1960. Com a abertura política e com o fim do bipartidarismo, o PTB foi reestruturado. Logo, para uma análise mais profunda, é necessário estudar as características do partido criado por Getúlio Vargas na década de 1940 e o partido refundado, por Ivete Vargas, nos anos 1980.

No décimo terceiro pleito eleitoral, para a administração 2013 a 2016, foram eleitos para prefeito Milton Ângelo Cantele, do PMDB, e para vice-prefeito Paulo Battisti, do PTB. Para a casa legislativa, foram eleitos: Álvaro Parmegiani, do PP; Andressa Battisti, do PTB; Cláudio Levandoski, do PP; Docimar Bonatti, do PP; Paulo João Damiani, do PDT; Paulo Roberto Giacomolli, do PT; Paulo Roberto Scirtolli, do PMDB; Ronaldo Della Latta, do PMDB, e Sadi José Sansigolo, do PMDB.

Para o décimo quarto pleito eleitoral, para a administração 2017 a 2020, foram eleitos para prefeito Neri Montepó e para vice-prefeito Glademar Baldissera, ambos do PP. Para a casa legislativa, foram eleitos: Rosangela Lazzare Montepó, do PP; Sadi José Sansigolo, do PMDB; Ronaldo Della Latta, do PMDB; Elvis Paulo Cecato, do PTB; Fábio José Saccon, do PP; Egon Kissmann, do PP; Marines Fátima Rigon, do PMDB; Docimar Bonatti, do PP, e Renato de Oliveira Pinheiro, do PP.

No quadro abaixo, podemos visualizar de forma geral os prefeitos eleitos, seus respectivos partidos e a composição do legislativo durante os 60 anos de Campinas do Sul.

Quadro 01 – Administrações campinenses.

| ADMINISTRAÇÃO | PARTIDO | PREFEITO VICE-PREFEITO | LEGISLATIVO |
|---------------|--|---|--|
| 1959 a 1963 | PTB PSD | Arlindo Guerino Chiaradia Armando João Molin | 1° mandato - até 31/12/1959 1 PRP, 3 PTB e 4 PTB 2° mandato 4 PTB e 3 PSD |
| 1964 a 1969 | PTB | Venâncio Hugo Della Latta Etelvino Vendruscolo | 4 PTB e 3 PSD |
| 1969 a 1973 | MDB | Arlindo Guerino Chiaradia Etelvino Vendruscolo | 4 MDB e 3 ARENA |
| 1973 a 1977 | ARENA | Valdir Calegari Pedro Pagliarini | 4 ARENA e 3 MDB |
| 1977 a 1983 | ARENA | Gomercindo Baldissera Halei Sangalli | 4 ARENA e 3 MDB |
| 1983 a 1988 | PMDB | Leonir A. Bortolini Nelso Della Latta | 5 PMDB e 4 PDS |
| 1989 a 1992 | PDS | Ari B. Battisti Egon Kismann | 5 PDS, 2 PMDB e 2 PDT |
| 1993 a 1996 | PDS | Egon Kismann Glademir Vassali | 6 PDS, 1 PMDB e 2 PDT |
| 1997 a 2000 | PDT PMDB | Carlos A. Corbellini Milton Cantele | 5 PPB, 2 PMDB e 2 PDT |
| 2001 a 2004 | PDT PMDB | Carlos A. Corbellini Jorge Coppini | 3 PMDB, 2 PDT, e 4 PP |
| 2005 a 2008 | PP PMDB PDT | Neri Montepó Dimas Grossi | 3 PMDB, 1 PDT, 2 PT e 3 PP |
| 2009 a 2012 | PP | Neri Montepó Vera L. Saccon | 4 PP, 3 PMDB, 1 PSB e 1 PT |
| 2013 a 2016 | PMDB PTB | Milton Cantele Paulo Battisti | 3 PMDB, 3 PP, 1 PTB, 1 PDT e 1 PT |
| 2017 a 2020 | PP | Neri Montepó Glademar Baldissera | 5 PP, 3 PMDB e 1 PTB |

(Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas no site <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/campinas-do-sul>. Acesso em novembro de 2018).

3 AMÉRICA LATINA, BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

O mundo no pós-1945 entrou em uma polarização forçada. Iniciava-se o período da Guerra Fria, de um lado capitalistas, liderados pelos Estados Unidos da América - EUA, de outro os socialistas, liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS.

A Revolução Cubana foi um exemplo desta polarização. Inicialmente, em 1959, havia sido um movimento revolucionário de projeto nacionalista com o intuito de retirar o ditador Fulgêncio Batista do poder e libertar Cuba dos interesses estrangeiros, neste caso os EUA. Portanto, não havia inicialmente o caráter socialista. Com os embargos e bloqueios americanos, os cubanos foram forçados a definição de um dos lados. Conforme Bandeira (1998, p. 5, apud MENDES, 2009)

A Revolução Cubana foi autóctone, teve um caráter nacional e democrático, e, muito embora alguns de seus líderes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, acolhessem, em pequena medida, ideias marxistas, não era inevitável que ela se desenvolvesse a ponto de identificar-se com a doutrina comunista e sua forma de governo (p. 7)

O medo americano, ainda Mendes (2009), era que ocorresse na América Latina um efeito dominó, “se um país da região estivesse sob órbita de influência capitalista e acabasse por cair sob o jugo do comunismo” (p. 10) desencadearia uma ação nos demais países.

Como apresenta Mendes (2009), uma das causas do antiamericanismo crescente na América Latina era devido a não contemplação dessa no Plano Marshall, além da intervenção direta na tomada de poder, em 1954, na Guatemala.

Após Guatemala, vieram outras intervenções estadunidenses na América Latina: ainda em 1954 no Paraguai; 1962 na Argentina; 1964 no Brasil; 1968 no Peru e em 1973 no Uruguai e Chile. Portanto, o que aconteceu foi a derrubada de movimentos progressistas em quase toda a América Latina.

3.1 O BRASIL DE GETÚLIO VARGAS

De 1930 a 1945, o Brasil foi governado por Getúlio Vargas. No primeiro momento, após ter perdido as eleições presidenciais, através do movimento revolucionário de 1930 pondo um fim à República Velha. Conforme Ferreira (2006)

Quatro anos depois, foi eleito indiretamente presidente constitucional. Em 1937, fechou o Congresso e implantou uma ditadura que foi chamada de Estado Novo. No período ditatorial [...], deu continuidade à estruturação de um Estado nacionalista e intervencionista. (p. 1)

Para Szatkoski (2003), devido ao aumento dos trabalhadores urbanos e de uma configuração social mais urbanizada, houve a necessidade de garantir direitos básicos para o contentamento das massas e, dessa forma, a possibilidade de conter possíveis revoltas. O governo Vargas, de 1930 a 1945, inaugurou o trabalhismo e o populismo. “A constituição do Ministério do Trabalho, a lei do sindicalismo, as legislações sociais compuseram a estrutura da nova cultura política” (p. 47) e com isso passou-se a ser associado ao “pai dos pobres”.

Ainda Szatkoski (2003), a política populista “perpetuar-se-ia até o final do governo Goulart com a implantação da ditadura militar e perseguição política aos dirigentes e militantes do PTB”. (p. 45).

Para Corsi (1996),

Com a aproximação do fim da guerra, a questão da democracia estava colocada na ordem do dia em todo o mundo. Esta questão era particularmente importante para o Brasil. Um País, cujo regime político era uma ditadura e que vinha alinhando-se às democracias na luta contra o fascismo. Contradição mais evidente ainda com o envio à Europa de uma força expedicionária. (p. 25)

Com o fim do Estado Novo e a volta da democracia, Eurico Gaspar Dutra, do PSD coligado com o PTB e apoiado pelo próprio Vargas, que fora eleito Senador pelo Rio Grande do Sul, foi eleito nas eleições presidenciais de 1945. Em 1951, Getúlio Vargas, através da via democrática, se tornou novamente o presidente do Brasil. Neste governo, o petebista João Goulart, afilhado político de Vargas, como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, propôs o aumento de 100% do salário mínimo, isso, segundo Lopes (2018), em 1964, complementaria “a enganosa argumentação – por parte dos golpistas – que o identificava como um autêntico agente de Moscou” (p.23).

3.2 PRINCIPAIS PARTIDO POLÍTICOS PÓS-1945

No fim do Estado Novo, período de transição do regime autoritário de Vargas para a redemocratização do país, novos partidos políticos se formavam e outros saíam da clandestinidade. Segundo o Memorial da Democracia (2018), com o Decreto-Lei nº 7.586 assinado por Getúlio Vargas, dos 35 partidos que haviam conseguido registros, até 1948, somente 12 estavam oficialmente registrados.

Szatkoski (2003), apresenta que quatro partidos se destacariam no cenário político brasileiro: PSD, UDN, PTB e PCB. Os três primeiros estavam constantemente representados no Congresso Nacional.

Para a autora, o PSD estava formado por industriais, banqueiros e latifundiários ligados a Vargas no período do Estado Novo. Muitos dos atores políticos pessedistas haviam tido cargos políticos e utilizaram a máquina pública para angariar votos nas eleições. “Essa prática ficou conhecida como o ‘clientelismo eleitoral’, tornando a estrutura administrativa do governo uma máquina eleitoreira” (p.55). Nesse mesmo sentido, os latifundiários ligados ao PSD exerciam influência sob os milhares de camponeses.

Segundo Skidmore (1988), o PSD

Por sua ideologia e atuação, era um partido de centro, tendo à direita a UDN e à esquerda o PTB. Pretensamente pragmáticos e pacificadores por natureza, os líderes pessedistas não fizeram jus às suas louvadas virtudes de conciliadores quando os ânimos políticos se inflamaram em 1954. (p. 21)

O liberalismo econômico, contrário ao nacionalismo, anti-intervencionista e ao próprio Vargas, e que segundo Szatkoski (2003) “questionava o trabalhismo e as leis trabalhistas e colocava-se contra leis governamentais que aumentassem salários ou que protegessem a indústria nacional” eram representados pela UDN. Devido a esses posicionamentos, os udenistas não conseguiam se aproximar das classes mais populares. O udenista que mais se destacou foi o jornalista Carlos Lacerda, arqui-inimigo de Getúlio Vargas.

O PTB, assim como o PSD, foi criado por Vargas. O objetivo desse foi a aproximação com as classes operárias e da classe média-baixa. Era o partido dos que viam em Getúlio Vargas o “pai dos pobres”. Para Szatkoski (2003), “Getúlio Vargas e seus aliados confiavam que as massas urbanas votariam no PTB e não nos comunistas, com o que este partido passaria a ser uma trincheira contra o socialismo” (p.56). Ainda a autora, o PTB, no Congresso Federal, era

o terceiro maior partido atrás apenas do PSD e da UDN. A partir da morte de Vargas, passou a assumir um caráter de esquerda e na década de 1960 registrou-se um grande crescimento. O partido possuía características dos partidos socialistas europeus.

O quarto principal partido, o PCB, em 1945, saía da clandestinidade. A maioria dos líderes comunistas brasileiros haviam sido presos por Vargas. O PCB, segundo Szatkoski (2003)

[...] atraía simpatizantes em virtude da vitória da União Soviética sobre as forças nazistas, com o que importantes intelectuais europeus haviam aderido ao partido, a exemplo de Picasso, Sartre, Brecht, Argon, Foucault, Hobsbawn, entre outros. No Brasil destacava-se a participação de intelectuais como Oscar Niemeyer, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Caio Prado Jr. e Candido Portinari, que já haviam se filiado ao Partido Comunista. (p. 57)

No Rio Grande do Sul, conforme Trindade e Noll (1991, p. 66-67, apud SZATKOSKI, 2003, p.38), há três especificidades na formação do sistema partidário pós-1945. Primeiro, a nível nacional o PSD era o principal partido político, com 58,8% de representatividade na Câmara Federal e obteve 71,5% dos votos gaúchos na eleição presidencial. A maior força pessedista estava distribuída respectivamente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Ainda, segundo Trindade e Noll (1991, p. 66-67, apud SZATKOSKI, 2003),

A segunda especificidade apresentou-se no pós-45, enquanto o padrão nacional de confrontação partidária traduziu-se na polarização PSD-PTB e UDN, levando a que os udenistas no estado do Rio Grande do Sul ocupassem o décimo lugar nas eleições de 1947. A explicação para esse fato é que o liberalismo regional concentrou-se tradicionalmente no PL, inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo também no retardamento da fundação do PDC, concretizado somente em 1954. (p. 38)

A terceira especificidade é o fato de que PTB gaúcho, antes de 1947, ocupava a última posição. A partir deste ano houve um crescimento bastante significativo, seus índices foram multiplicados por seis, com isso, até o início dos anos 1960 manteria o patamar eleitoral de 40%.

Para Szatkoski (2003) o crescimento do PTB, no Rio Grande do Sul, foi decisivo para que as lideranças regionais vissem perigo na hegemonia eleitoral. O PSD gaúcho, udenizado, não aceitava a coligação, que a nível federal ocorria, PTB-PSD. Com isso, surge uma força de aglutinação anti-PTB. Trindade e Noll (1991, p. 72, apud SZATKOSKI, 2003)

O teste da reprodução das coligações PTB/Anti-PTB nas eleições para prefeito mostrou que, nas 398 alianças partidárias no período, 88% (352) estabeleceram-se dentro do padrão esperado, inclusive ampliando o arco do conglomerado conservador liberal em torno do partido local mais forte, na medida em que a força do PTB se ampliava. (p. 39)

No Rio Grande do Sul, de 1947 a 1962, segundo Szatkoski (2003), podemos observar a alternância entre PTB, apoiado por Vargas e com a aliança eventual do PRP - aliança essa que levou Leonel de Moura Brizola ao Governo do Estado - e os partidos anti-PTB, representados por PSD, PL, UDN, PDC e PSP. Nesse período o PTB saiu vitorioso duas vezes contra três vezes dos partidos anti-PTB.

Outra característica, no que se refere ao Rio Grande do Sul, no período posterior ao Estado Novo, é a inexistência do cargo político de vice-governador. O cargo somente seria criado a partir da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, já com o regime militar instaurado.

3.3 CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL PRÉ-1964

Com o suicídio de Vargas, em 1954, assumiu o seu vice, Café Filho, do PSP, após, por menos de uma semana, Carlos Luz, do PSD e em seguida Nereu Ramos, também do PSD. A última década, apesar de conturbada, havia sido democrática. Contudo, nem todos tinham voz, a constituição não dava direito ao voto para os analfabetos – assunto que, nos anos seguintes, se tornaria pauta nos discursos reformistas de João Goulart. Nas eleições de 1955, Juscelino Kubitschek, do PSD, se tornou o 21º Presidente do Brasil, e para a vice-presidência, o petebista, João Goulart.

O PTB, a partir de 1947, sobretudo no Rio Grande do Sul, crescia e estava cada vez mais consolidado. O petebista Leonel de Moura Brizola, que havia sido deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre começava o ano de 1959, com o apoio do PRP, como governador eleito.

Segundo Bandeira (1979), uma das principais características positivas e decisivas para ação do governador Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, foi a criação “de uma assessoria - o Gabinete de Planejamento e Administração - que realizou um trabalho de vulto, planificando, globalmente, todas as atividades do Governo” (p.58). Brizola também teve o apoio da Assembleia Legislativa, uma vez que possuía a maioria dos deputados.

Para Bandeira (1979), o foco de Brizola era o desenvolvimento do Estado em diversas áreas: educação, fiscalização, energia, estradas, etc. Depois de diversas ações que buscavam o desenvolvimento do Estado

em 13 de maio de 1959 o Diário Oficial, de Porto Alegre, publicou o que seria matéria de repercussão mundial: o decreto de expropriação da filial da Bond & Share no Rio Grande do Sul, com autorização do Presidente da República, pelo preço simbólico de 1 cruzeiro, que fora estabelecido abatendo-se as contribuições populares espontâneas, na colocação de fios e postes, doações territoriais, indenização do pessoal, multas, remessa de lucros acima do legalmente permissível e a depreciação dos materiais. A soma dessas deduções suplantava o valor do acervo da companhia. O saldo resultara negativo. Era o Estado que tinha a cobrar, aplicado o critério do custo histórico, que a legislação brasileira, vigente na época, consagrava. [...] ao mesmo tempo que solicitava ao Poder Judiciário a imissão de posse. (p. 61-62)

Outra empresa que, após uma longa tentativa de acordo e a não resolução do problema, o Governo de Brizola encampou a filial da ITT, a Companhia Telefônica Riograndense. Ainda Bandeira (1979), estes episódios tornaram-se “o então epicentro da crise entre o Brasil e Estados Unidos, contribuindo também para que Brizola se distanciasse do Governo Federal” (p.66).

Na esfera política federal, o formato eleitoral presidencial era diferente dos dias atuais. Podemos observar que o presidente e vice-presidente eram votados separadamente. Com isso, poder-se-ia ter um vice-presidente de oposição ao presidente.

Nas eleições de outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente, tendo como vice-presidente, João Goulart. O presidente e vice não eram da mesma chapa eleitoral, embora ocorresse em parte do país, a campanha Jan-Jan - Jânio para presidente e Jango, como era conhecido João Goulart, para vice-presidente - o candidato a presidente da chapa de João Goulart era o Marechal Henrique Teixeira Lott e, inclusive Jânio recebeu o apoio da UDN, ferrenhamente anti-varguista.

O governo eleito democraticamente, de Jânio Quadros, duraria menos de sete meses. O presidente renunciaria ao cargo em 25 de agosto de 1961, e segundo Silva (2012), na sua carta-renúncia, citada abaixo, havia “sentimento de revolta, a intenção do retorno e evidencia indícios dos reais motivos que o fizera abandonar o cargo:

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. (...) Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou

infamam, até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. (p. 41)

Com a renúncia de Jânio Quadros, conforme Silva (2012), “renovou a preocupação dos militares com João Goulart no poder, tendo ele sido rejeitado pelos mesmos, ainda no governo Vargas, de que fora ministro do Trabalho” (p.37), desta forma, iniciou-se, sobretudo com a ação do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, um movimento - a Campanha da Legalidade - que permitisse e garantisse a constituição brasileira, ou seja, a posse do vice-presidente eleito.

3.3.1 Campanha da Legalidade

O governador Leonel Brizola, ao saber da renúncia de Jânio Quadros, segundo Bandeira (1979), pensou se tratar de um golpe contra o presidente. Porém, com o desenrolar dos acontecimentos, confirmou com assessor de imprensa de Jânio, o jornalista Carlos Castelo Branco, que não havia tido deposição e, sim, a renúncia partiu do próprio presidente.

Com essa informação, constitucionalmente tomaria posse o vice-presidente eleito, porém naquela ocasião, João Goulart se encontrava em viagem oficial à China. Ainda Bandeira (1979), houve movimentações militares em diversas partes do país e o deputado, Ranieri Mazzili, então presidente da Câmara dos Deputados, já assumira a presidência.

Conforme Bandeira (1979), informações do Ministério da Guerra ordenavam o III Exército, situado no Rio Grande do Sul, que silenciasse qualquer ato de resistência em Porto Alegre. Brizola articulou ações como: utilização da Rádio Guaíba para os interesses da legalidade, informando à população da situação política e convocando-os para a resistência; solicitou que a fábrica de armas, Taurus, trabalhasse ininterruptamente na produção inclusive de metralhadoras leves; distribuiu, através da brigada militar, aproximadamente 2.000 revólveres calibre 38. E por fim, recebeu apoio do comandante do III Exército, o General Machado Lopes, e desta forma passava ao seu comando a Brigada Militar. Nas figuras abaixo podemos observar o clima durante as duas semanas que seguiram após a renúncia de Jânio Quadros.

No Quartel-General da V Zona Aérea, em Gravataí, ainda Bandeira (1979), os aviões não conseguiram levantar voo para, seguindo as ordens do Ministério da Guerra, bombardear o Palácio Piratini. Com isso, houve desentendimento entre os militares legalistas x militares

partidários do dos três Ministros militares. Foi permitido o embarque em um avião, com destino ao centro do país, dos militares contra a legalidade. O General Machado Lopes nomeou, para o Comando da V Zona Aérea, o tenente-coronel Alfeu Monteiro.

Figura 07 – Brizola durante a Campanha da Legalidade.



(Fonte: <https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2011/08/eu-e-a-legalidade/>. Acesso em janeiro de 2019).

Figura 08 – Trincheiras montadas ao redor do Palácio Piratini.



(Fonte: <https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2011/08/eu-e-a-legalidade/>. Acesso em janeiro de 2019).

Outros Estados e quartéis aderiram a Legalidade. Muitos militares não viam constitucionalidade nas ações dos Ministros Militares. E, dessa forma, as ordens de silenciar as ações legalistas não foram executadas.

Após longa viagem de regresso, João Goulart desembarcou em Montevidéu. Ali, aguardou Tancredo Neves, que segundo Bandeira (1979), viajava com o termo de negociação para a posse. Termo este, proposto pelos líderes do PSD, que para que pudesse assumir a Presidência da República, João Goulart deveria aceitar a instauração do regime parlamentarista, e o fez. Brizola não concordou com o termo, porém não criou dificuldades para o Goulart.

3.3.2 Parlamentarismo no Brasil, retorno do Presidencialismo e as Reformas de Base

Com a implementação do parlamentarismo, o congresso objetivava a retirada dos poderes do presidente João Goulart. Segundo Bandeira (1979), Brizola não era contra o regime parlamentarista em si, mas sim, a forma como ele foi implementado, de forma antidemocrática, ou seja, para ele era inconstitucional. Brizola também via no parlamentarismo brasileiro uma característica que não estava presente nos governos parlamentaristas europeus, uma vez que, o Congresso tinha poderes para destituir o Governo, porém o presidente não tinha possibilidade de dissolver o Congresso e recorrer as eleições.

O parlamentarismo brasileiro durou de 1961 com a chegada do presidente João Goulart

até 1963. Neste tempo, o presidente indicava o Primeiro-Ministro que deveria ser aprovado pelo Congresso. O primeiro Primeiro-Ministro foi Tancredo Neves, conforme Szatkoski (2003), compôs uma equipe de maioria udenista, nos Estados Unidos, reforçou ser contra ideologias comunistas.

O segundo nome para Primeiro-Ministro, encaminhado pelo presidente ao Congresso, foi o petebista San Thiago Dantas, conforme Szatkoski (2003), o mesmo que, na Conferência das Organizações dos Estados da América em Punta del Este, se absteve na votação de expulsão de Cuba requerida pelos Estados Unidos. Logo, não foi aprovado pelo Congresso, dessa forma cogitou-se Auro de Moura Andrade.

Para Szatkoski (2003), devido a cogitação de Andrade, estourou uma greve de 24 horas nas refinarias de petróleo, os grevistas julgavam Andrade conservador demais para as atender os anseios pelas reformas de base. Observa-se que a greve tinha interesses puramente políticos. Com a rejeição de Andrade, João Goulart nomeou o gaúcho Brochado da Rocha, do PSD, que exerceu o cargo por poucos meses. Hermes Lima assumiu o cargo e propõem ao Congresso um plebiscito para a volta do presidencialismo.

Com o resultado do plebiscito, realizado em primeiro de janeiro de 1963, João Goulart volta a ter poderes presidenciais. A reforma agrária na promoção e democratização da terra; a reforma no ensino no combate ao analfabetismo e a adoção do método Paulo Freire; a reforma fiscal buscando uma maior arrecadação do Estado e o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras; a reforma eleitoral com o direito ao voto dos analfabetos e dos militares de baixa patente e somadas a reformas urbana e bancária ganhariam forças nas pautas do Governo. Segundo Szatkoski (2003), criadas “pelos melhores cérebros da esquerda moderada, como San Thiago Dantas e o economista Celso Furtado” (p.134), trariam o progresso do país e mudariam drasticamente, e positivamente, a realidade brasileira.

Neste contexto, havia um PTB mais moderado e conciliador, ligado ao próprio presidente, e outro, liderado por Brizola, mais radical e incisivo na cobrança pela implementação das reformas. Brizola, conforme Szatkoski (2003), para uma pressão popular, convocava seus adeptos a se unirem em grupos de onze pessoas, assim como um time de futebol, que ficou conhecido como O Grupo dos Onze.

No Congresso, para Szatkoski (2003),

a UDN e outros deputados conservadores formavam a Ação Democrática Parlamentar para bloquear as reformas de base. Alguns deputados da Ala Moça do PSD, como era o caso do político Ulisses Guimarães, entre outros, e da Ala Bossa Nova da UDN, de que participava José Sarney, entre outros, aceitava algumas reformas. Grande parte do Congresso, porém, indiscutivelmente, estava contra o presidente; PSD e a UDN cada vez se uniam mais. (p. 139)

A grande imprensa, a oposição partidária as reformas, parte da Igreja Católica somadas ao apoio dos Estados Unidos, inclusive com o financiamento de propaganda, através dos institutos Ibad - Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Ipes - Instituto Brasileiro de Pesquisa Sociais, além do financiamento de próprios políticos anticomunistas, antirreformistas conservadores, criaram um ambiente propício para a ação golpista.

3.3.3 Grupo dos Onze

Para Baldissera (2005), Brizola estava convencido que poderia haver um golpe liderado pelas forças direitistas conservadoras. Com isso, a esquerda necessitava se preparar para tal ato e, após o sucesso da Campanha da Legalidade, ele, como um dos principais líderes da esquerda e da pressão ao Governo pelas reformas de base, deveria guiar este movimento. Com isso, mobilizou seus adeptos, através de seus pronunciamentos na rádio Mayrink Veiga, a formarem grupos de onze pessoas - uma analogia ao esporte favorito, e de massas, do povo brasileiro, o futebol.

Uma organização mais efetiva desses grupos, ainda Baldissera (2005), apesar de terem indícios em abril e maio de 1963, só se consumaria no fim deste mesmo ano. Brizola, em novembro de 1963, divulgou a cartilha dos “Grupo dos Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”

Composta de dez páginas impressas e contendo as diretrizes gerais para a formação dos comandos nacionalistas, os quais, após a sua constituição, deveriam enviar a ata de formação e a lista com os nomes dos seus integrantes para a rádio Mayrink Veiga, na Guanabara, na rua Mayrink Veiga, nº 15. (p. 74)

Os apelos foram ouvidos, e muito rapidamente, as atas foram chegando ao endereço, os números divergem, mas estima-se que mais de 24 mil grupos tenham sido formados em todo o

país. Conforme Baldissera (2005),

a postura dos Grupos de Onze seria defensiva, visto que teria por objetivo defender a Legalidade, repetindo o acontecimento de 1961 no caso de um golpe direitista para derrubar João Goulart; não possuía, portanto, postura agressiva, como a de deflagrar uma guerra revolucionária. (p. 77)

Para Brizola, a organização dos grupos era constitucional, popular e democrática. Com isso, como apresenta Baldissera (2005), quando questionado por um jornalista se pudessem se tornar os “camisas negras, verdes ou vermelhas”, prontamente respondeu que não, nunca possuiriam inclinações fascistas. Muitos seguidores brizolistas assinaram as listas tendo em vista a convocação do líder Brizola, porém, a maioria não possuía um conhecimento mais amplo da realidade que se desenhava.

Toda essa mobilização popular criou pânico nos comandos militares. Os grupos eram vistos como “a própria expressão do comunismo, o que acelerou a conspiração direitista que já estava em marcha para a deposição de João Goulart” (BALDISSERA, 2005. p.85)

3.4 CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL PÓS-1964

Tanto no Senado como no Congresso, os discursos pró e contra Jango se inflamavam. Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas nordestinas, deixava entendido que uma rebelião das massas brasileiras era iminente e que a vontade do povo seria mantida com ou sem o Congresso. Já, Aloysio de Carvalho, conforme Gaspari (2002), denunciava:

Ninguém tem dúvida, pelos atos praticados em Brasília, de que o presidente da República não pretende outra coisa senão se fazer ditador no país, utilizando as forças armadas no seu objetivo disfarçado, a pretexto de garantir a ordem e o regime. Depois do fato consumado, da luta, se transformará em ditador. (p. 77-78)

Nos Estados Unidos, o embaixador Lincoln Gordon também expusera a situação brasileira como ameaçadora. Para Gordon, segundo Gaspari (2002), João Goulart tinha o interesse em se perpetuar no poder, assim como Vargas em 1937, através de um golpe.

Brizola com seus Grupos de Onze, Julião com os homens das Ligas Camponesas e Luiz Carlos Prestes com aproximadamente 40 mil militantes, para Gaspari (2002), estavam de

prontidão, a UNE instruída de mobilizar passeatas e atos públicos. Contudo, nesse ambiente, os militares golpistas somado ao financiamento americano já se encontravam articulados.

Para manter a ordem, o presidente, ainda Gaspari (2002), teria que “golpear o Congresso, intervir nos governos de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, expurgar uma parte da oficialidade das Forças Armadas e censurar a imprensa” (p.86). Devido a sua política conciliadora, essas ações não foram realizadas. O presidente João Goulart partiria para o exílio.

Segundo Valle (2014), o golpe civil-militar deflagrado em 1º de abril de 1964, “logo se dominou Revolução redentora, antecipando a data para 31 de março, ao mesmo tempo em que, a pretexto de defender a democracia, destruía a democracia e implantava uma ditadura militar” (p.25)

Iniciaria um longo período, 21 anos, de um regime autoritário que perseguiu, assassinou, censurou e torturou milhares de patricios. As eleições passaram a ser indiretas, sem a participação do povo, prefeitos e governadores nomeados. A qualquer momento direitos universais poderiam ser suspensos.

A junta militar, formada pelo General Artur da Costa e Silva, o Vice-Almirante Augusto Rademaker Grunewald e pelo Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, governou de 1º de abril até 14 de abril de 1964 quando, eleito pelo Congresso Nacional, assumiu a presidência o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco que permaneceria até 15 de março de 1967.

Após Castello Branco, de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969, assumiu a presidência, também eleito pelo Congresso Nacional, o Marechal Arthur da Costa e Silva, inaugurando o período mais repressivo do regime militar, seu mandato foi extinto e, novamente, assumiu uma junta militar, essa composta pelo General Aurélio de Lira Tavares, pelo Almirante Augusto Rademaker e pelo Brigadeiro Márcio de Sousa e Melo.

De 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974, eleito pelo Congresso Nacional, assumiu o General Emílio Garrastazu Médice. Após, de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979, eleito por um Colégio Eleitoral, assumiu o General Ernesto Geisel.

O último militar a governar foi o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, também eleito por um Colégio Eleitoral, governou de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Marcando a última eleição indireta no Brasil, Tancredo de Almeida Neves, ex-Primeiro Ministro do Brasil, derrotando Paulo Maluf, foi eleito presidente. Porém, devido ao seu falecimento, assumiu, seu vice-presidente, José Sarney.

3.4.1 Os Atos Institucionais e a implementação do bipartidarismo

Os governos militares foram marcados por atos institucionais, normas de natureza constitucional. “Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiam um alto grau de centralização à administração e à política do país” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019).

O AI-1, conforme Fundação Getúlio Vargas (2019), apresentava que o movimento “revolucionário”, não procuraria se legitimar através do Congresso, mas sim, o Congresso é que receberia através do ato sua legitimação. Nesse primeiro ato, através da cassação de mandados, deliberação de demissões ou aposentadorias, iniciava a perseguição dos ditos, “subversivos” a segurança do país. Entre os afetados estavam: João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Miguel Arrais, Leonel Brizola, Celso Furtado, essas primeiras ações, não afetaram apenas políticos, mas também militares, reitores, líderes sindicais, enfim, qualquer um que fosse julgado como ameaça.

O AI-2, ainda Fundação Getúlio Vargas (2019), anunciado no dia 27 de outubro de 1965, redefinia de forma autoritária os termos do AI-1, entre os termos estava a dissolução de todos os partidos políticos existentes. No mês seguinte, em novembro de 1965, foram definidas as regras para a reorganização partidária: de um lado o partido governista, a favor dos militares, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, de outro, a oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em fevereiro de 1966, o presidente Castello Branco editou o AI-3, que entre outros termos estabeleciam: eleições indiretas para governador e vice-governador, além da nomeação de prefeitos de capitais pelo próprio governo estadual. Todas as medidas, através dos atos institucionais, fortaleciam cada vez mais os interesses dos militares.

O AI-5, em Fundação Getúlio Vargas (2019), baixado em 13 de dezembro de 1968, marcou o endurecimento do regime militar. Pressionado por ações oposicionistas, inclusive com conflitos políticos na área estudantil. Com o AI-5 as cassações, as prisões e ações não humanas de tortura e mortes se intensificaram significativamente. O próprio Congresso Nacional foi fechado e a censura prévia da imprensa foi instaurada. O ato foi suspenso somente em dezembro de 1978, ou seja, perdurou 10 anos.

4 CONJUNTURA POLÍTICA LOCAL

No recém-formado município de Campinas do Sul, em 1959, apesar da amistosidade inicial dos munícipes, administradores e legisladores logo surgiram os primeiros embates. Assim como, em qualquer agrupamento coletivo, as ideias e interesses pessoais acabam interferindo no movimento. No caso de Campinas do Sul, o desentendimento dos agentes, ideais partidários e afastamento dos interesses ocasionou uma polarização entre PTB x PSD.

4.1 CAMPINAS DO SUL PRÉ-1964

Com a emancipação político-administrativa finalizada, foi convocada a eleição que determinaria os novos agentes políticos. Conforme Nelso Della Latta (2019), ocorreu uma convenção dentro do PTB campinense, onde disputaram para concorrer ao pleito, que fora convocado, Arlindo Guerino Chiaradia e Venâncio Hugo Della Latta. O resultado desta convenção resultaria no candidato petebista à vaga de prefeito municipal. Tanto Chiaradia como Della Latta, possuíam experiência política, ambos haviam sido vereadores de Erechim, representando o antigo Distrito, Campinas. Venâncio Hugo Della Latta venceu a disputa interna do partido. Porém, acabou sendo deixado de lado a convenção partidária e realizando um consenso entre PTB e PSD. Desta forma, o petebista Arlindo Guerino Chiaradia, morador do Distrito sede, foi candidato a prefeito e o pessedista Armando João Molin, morador do Distrito Jacutinga, foi indicado como vice-prefeito.

Em entrevista ao Jornal Voz da Serra, em uma página inteira denominada “Suplemento Campinense”, do dia 5 de abril de 1959, Arlindo Guerino Chiaradia como candidato único a prefeito municipal afirma:

A política campinense encontra-se atualmente, muito calma. Os líderes estão trabalhando a fim de não prejudicar o progresso da jurisdição. Isso, em outras palavras, hé compreensão de ambos (PTB e PSD). Todos os candidatos são bons, não podemos tecer quaisquer restrições. Desejo administrar inserido numa linha de união e de solidariedade, com isso, então, Campinas do Sul levará melhor.

Porém a questão do candidato único foi assunto do Jornal Voz da Serra, do dia 19 de abril de 1959, na página “Suplemento Campinense”, nessa edição comenta-se a indicação de Arlindo Guerino Chiaradia:

Ao voltar à Campinas do Sul, agora, como Secretário do Interior e Justiça [*Dep. João Caruso*] teve a oportunidade de observar o movimento político, salientou com satisfação o nome do sr. Arlindo Chiaradia, à administração campinense. Foi um verdadeiro “cheque mate” aos contrários do acordo.

Entretanto, uma série de qualificativos emergiram do mar dos desgostos, a fim de hostilizar o candidato único jogando-o, desta maneira, contra o eleitorado. Erro grave que cometem. Demonstração esta, que não traduz a capacidade política dos detratores. Falta de politização enfim, um rosário de incompreensões. *Grifo nosso.*

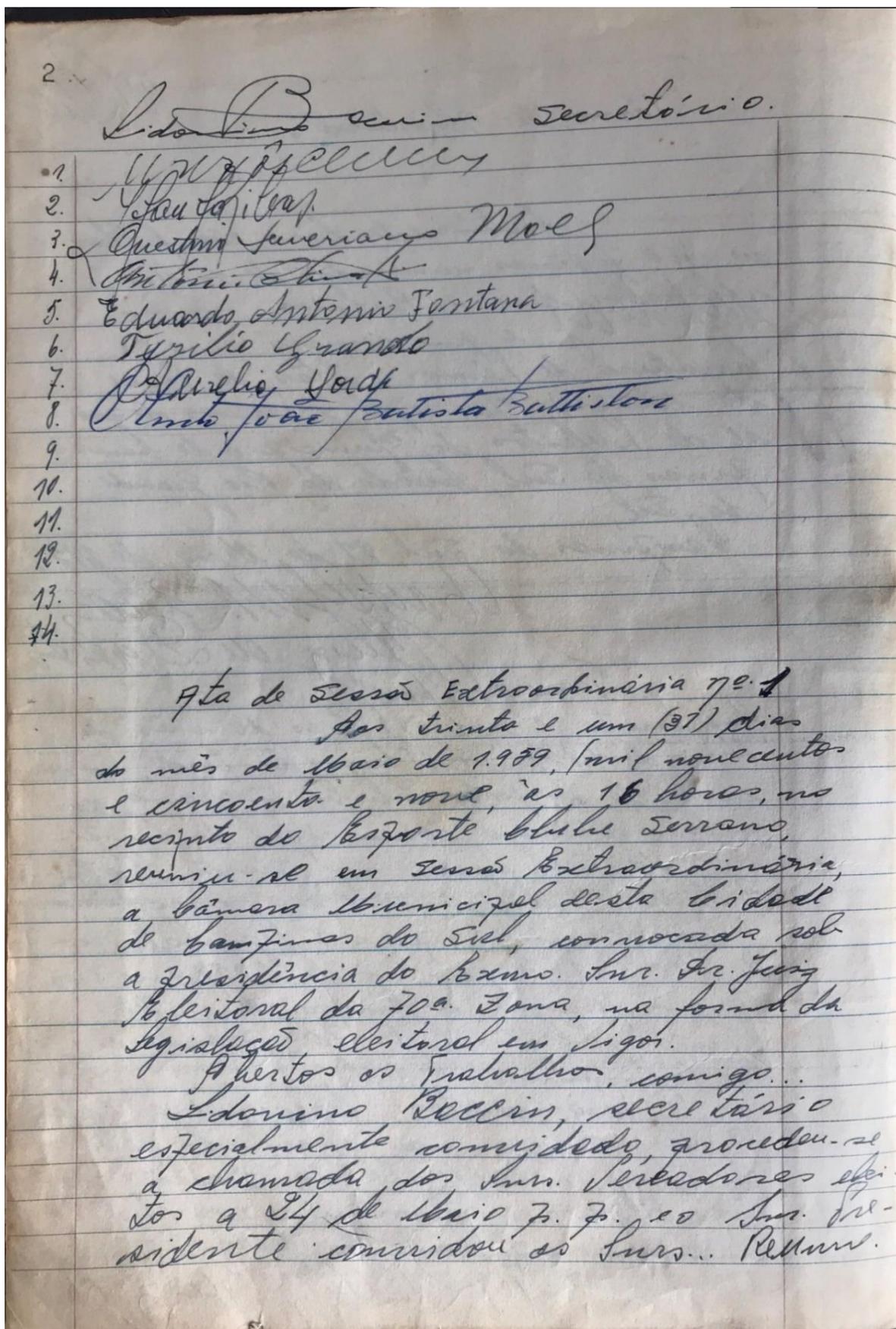
Com a notícia acima, podemos observar que o consenso entre PTB e PSD não era desejado por todos, havia uma parte dos eleitores que desejavam a disputa entre ambos. Porém, ainda na matéria citada, o “candidato único foi o ponto fulminante que veio colocar o eleitor sob o mesmo ângulo, anulando de forma positiva os males que poderiam advir” caso houvesse uma polarização já no primeiro pleito e, conseqüentemente, na primeira administração do município.

Esperava-se, ainda conforme o Jornal Voz da Serra de 19 de abril de 1959, que a ala de descontentes buscasse a anulação do pleito com a campanha pelos votos em branco. Um dos argumentos utilizados seria o próprio credo religioso. Para isso, o próprio vigário do Distrito Jacutinga, o padre Roberto Stefani, saiu em defesa da candidatura única, afirmando ainda que, tanto Chiaradia, como Molin, são religiosos e possuem características na condução do coletivo municipal.

Como citado no item 2.2.2, também para esse mesmo pleito houve um primeiro mandato temporário para a casa legislativa. Conforme registro em ata, figura 09, houve a posse de 8 vereadores, ou seja, uma cadeira a mais que o esperado e anunciado pelo próprio candidato a prefeito Arlindo Guerino Chiaradia, no qual em matéria publicada no Jornal Voz da Serra, do dia 10 de maio de 1959, informou que a composição do legislativo seria formada por 1 cadeira perrepista, 3 trabalhistas e 3 pessedistas. Porém, o que observamos foi 1 cadeira para o PRP, 3 cadeiras para o PTB e 4 para o PSD.

Em ordem de assinatura, ata de posse do mandato temporário de vereadores, Lidovino Baccin, secretário da casa legislativa, seguido dos vereadores eleitos: Ulrich Hermann Hoschele, do PSD; Juracy Fanfa Ribas, do PRP; Onestino S. Moll, do PSD; Antônio Clivatti, do PTB; Eduardo A. Fontana, do PTB; Tercílio Grando, do PTB; Aurélio Sordi, do PSD e Olinto B. Battiston, do PSD. Esse mandato terminaria em 31 de dezembro de 1959.

Figura 09 – Ata de posse do primeiro, e temporário, mandato de vereadores.



Com a primeira administração do executivo e com a câmara de vereadores, desse primeiro mandato, praticamente iguais em questões numéricas, ao analisarmos as primeiras atas do legislativo, os assuntos eram tratados de forma bastante amistosa. Havia uma preocupação e empenho, bastante explícito, para a consolidação do município.

Devido a necessidade de toda estruturação burocrática, todas as atas analisadas das sessões até 12 de junho de 1959, foram debatidos assuntos pertinentes a esta necessidade, a organização interna de Campinas do Sul. Analisando os pedidos de palavras, solicitações e requerimentos, durante as sessões do legislativo, o vereador do PSD, Ulrich Hermann Hoschele, se destaca, mostrando-se uma pessoa preocupada com o interesse coletivo e com a necessidade da rápida organização, sempre presente e atento as demandas, bem como, as legislações municipais.

Entre o, temporário, primeiro mandato legislativo e a eleição para o segundo mandato, o vereador Juracy Fanfa Ribas do PRP, migra para o PTB. Com isso, para o mandato que iniciava em 1º de janeiro de 1960 e que terminaria em 31 de dezembro de 1963, com 7 cadeiras disponíveis, foram eleitos: Juracy Fanfa Ribas, do PTB; Venâncio Hugo Della Latta, do PTB; Faustino Pelencio Gomes, do PTB; Antônio Clivatti, do PTB; Ulrich Hermann Hoschele, do PSD; Olinto Battiston, do PSD, e Darvile Dall Oglio, do PSD.

O PTB, iniciava o ano de 1960 com o maior número de cadeiras na casa legislativa e manteria o status de situação até o fim de 1972. Na sessão do dia 11 de julho de 1961, o vereador Ulrich Hermann Hoschele, é congratulado pelo colega Olinto B. Battiston, ambos do PSD, pelo “brilhante improvisado enaltecendo a independência dos Estados Unidos onde tece em sua fala o verdadeiro sentido da democracia traçando o evento como parâmetro entre democracia e totalitarismo”. (Livro de Atas nº 1-A, Câmara de Vereadores de Campinas do Sul). Com essa fala, podemos observar que o vereador Hoschele realizava uma leitura, referente ao contexto mundial, mais ampla. Essa fala foi realizada antes da crise política brasileira de fato instalada, ou seja, antes da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Algo que fica evidente, nas atas do legislativo campinense desse período, é o posicionamento de vários vereadores e políticos de outras cidades que enviam mensagens repudiando políticas e ações que possuíssem características comunistas, como segue: na sessão do dia 1º de agosto de 1961, no expediente é lida uma mensagem do deputado estadual José Arlindo Kunzler, do PSD, repudiando o Partido Comunista.

A edição do jornal A Voz da Serra, de sábado, 26 de agosto de 1961, mostrava os últimos acontecimentos do país: em caixa alta “RENÚNCIOU JÂNIO QUADROS”, “Jango assumirá hoje a Presidência da República”, “A ordem será mantida a qualquer preço”, “Na Presidência

da República o Deputado Ranieri Mazzilli”.

Figura 10 – Jornal A Voz da Serra de 26 de agosto de 1961.

RENUNCIOU JÂNIO QUADROS

Surpreendido o País com a atitude do sr. Jânio da Silva Quadros – Política Exterior adotada pelo Governo da Nação, um dos motivos da renúncia – Pedido de renúncia foi entregue ontem pela manhã, sendo tornado público sómente a tarde – Repercutiu no Exterior a renúncia de Jânio Quadros – Primeira Mensagem

POLÍTICA INTERNA
A Política Interna adotada pelo Presidente Jânio Quadros, quando tomou medidas com relação a brigas de galão, desfile de malilots, partidas de futebol, e outros assuntos de somenos importância, confrontando-se com a situação que atitavessa o país, foi mal recebida pelo povo.

Motivou também grandes controvérsias as medidas adotadas pelo sr. Jânio Quadros com relação a Imprensa Escrita e Falada do País, surgindo grandes debates.

O impasse surgido entre Jânio e Laércio foi um fator preponderante na renúncia. Estes são em síntese os aspectos do panorama com relação a política interna e externa adotada pelo ex-presidente da República sr. Jânio da Silva Quadros.

A RENÚNCIA FOI DEFINITIVA
A renúncia do sr. Jânio Quadros, foi definitiva, uma vez que o Congresso Nacional, reunido extraordinariamente deu posse ainda na tarde de ontem ao sr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados Federais, em virtude do sr. João Goulart, encontrando-se em visita a República Popular da China.

Diz o artigo 79 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil: "Substitue o Presidente em caso de impedimento e sucede-lhe, no de va-

do do pedido de renúncia do sr. Jânio Quadros, tomando as providências visando retornar ao nosso País.

O sr. João Goulart, deverá assumir a Presidência da República, assumindo o cargo de Presidente, o qual deverá completar o período de seu antecessor.

O sr. João Goulart, deverá prestar o juramento de prestes a assumir o cargo de Presidente da República, em virtude do sr. Jânio Quadros, tendo sido recebido ontem pela manhã, em seu apartamento, no bairro de Ipanema, em São Paulo, onde se encontravam as autoridades do país, procuraram fazer o sr. Jânio Quadros voltar atrás de sua atitude, no que não foram atendidos, tendo então sido tomado posse de Presidente do Brasil, o sr. Ranieri Mazzilli.

Até o momento de escrevamos estas notas, 24 horas, o sr. Jânio Quadros estava, deitando-se no aeroporto de Cubica, São Paulo, estando fortemente impedido por forças militares.

Surpreendente foi a atitude do sr. Jânio Quadros após seis meses de Governo, apresentando o seu pedido de renúncia, deixando estarecido a Nação Brasileira.

A VOZ DA SERRA

Av. Manoel Cardoso, 216-236
Gêrnica, Redação e Oficinas

Director: ESTEVAM CARRARO Redator Responsável: GEDER CARRARO

Av. Manoel Cardoso, 216-236 ERECHIM, SABADO, 26 DE AGOSTO DE 1961. NUMERO 178



JÂNIO DA SILVA QUADROS, que após seis meses e 25 dias, apresentou sua renúncia de Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Bombasticamente repercutiu a notícia em toda a pátria.



JOÃO GOULART, que assumirá no dia de hoje, perante o Congresso Nacional, o alto posto de Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

«A ordem será mantida a qualquer preço»

O Comandante do III Regimento Militar na Capital do Estado, em declarações a Imprensa, sobre os últimos acontecimentos que abalarão a Nação, disse taxativamente: "A ordem será mantida a qualquer preço. O Exército tem como sua primeira obrigação a manutenção da ordem pública e a defesa das instituições democráticas. Se for necessário, usaremos de toda a força de que dispomos para manter a ordem e a paz pública. Não permitiremos que a situação atual se prolongue. A ordem será mantida a qualquer preço."

Carta de renúncia do Ex-Presidente Jânio

Celejo nempp não manteria a própria paz pública, encerran do assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do país, esta grande página de minha vida e da vida nacional.

A mim não falta coragem na renúncia. Saio com o meu agradecimento, com meu apelo, um agradecimento aos amigos que comigo lutaram, e nos sustentaram dentro e fora do Governo de forma especial as forças armadas, cuja conduta exemplar em todos os instantes e oportunidades não deixo de proclamar.

Apelo a paz e ao congraçamento, a estima de cada um dos meus patriotas para todos e de todos, para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo, serem dignos de nossa herança e de nossa predileção cristã.

Torno agora a meu trabalho, trabalho de advogado e de professor. Trabalhamos todos. Há muitas formas de servir a nossa pátria.

Brasília, 25 de agosto de 1961.

Jânio Quadros.

Renúncia do Prefeito de Brasília

Brasília, 25 — Em virtude da renúncia do sr. Jânio Quadros da Presidência da República, o sr. Paulo de Tarso, Prefeito desta cidade, renunciou o cargo de Prefeito desta cidade o sr. Paulo de Tarso.

O pedido de renúncia, do Prefeito Paulo de Tarso, foi em caráter irrevogável.



RANIERI MAZZILLI, Presidente do Brasil.

Na edição de domingo, 27 de agosto de 1961, o A Voz da Serra, erroneamente anunciava “Brasil tem novo Presidente”, trazia na matéria: “No dia de ontem, foi recebido no aeroporto internacional do Galeão o dr. João Goulardt rumando incontinenti para Capital Federal, onde perante o Congresso Nacional, recebe sua alta investidura da Pátria”. (Capa). Ainda na mesma edição, em entrevista cedida ao jornal, o então prefeito, sr. José Mandelli Filho, atribui responsabilidade da atual crise nacional ao governador, da Guanabara, Carlos Lacerda. Após anunciar falta de coragem do presidente Jânio Quadros para agir ao invés de renunciar, o prefeito também dispara:

“Que o gesto do Presidente da República, seja meditado por todos os brasileiros de boa vontade, que todos os brasileiros prestigiem a Constituição Federal, mesmo com o sacrifício da própria vida, se precisar fôr, a fim de evitarmos que nossa Pátria seja pasto dos apetites de uma ditadura, seja militar, com tendências esquerdistas ou com tendências de direita”. Encerrando suas declarações disse-nos o sr. José Mandelli Filho à reportagem: “Faço minhas as palavras do Governador Brizola, se o regime possui falhas e não satisfaz uma parcela da população, com vagar, com tempo, aparemos as arestas e todos unidos, Senado, Câmara Federal e Poder Executivo, trabalharemos para o progresso e paz de nosso querido Brasil”.

Na edição do dia 29 de agosto de 1961, o jornal A Voz da Serra, publicava em capa “Recolhido a Fortaleza de Lajes o Marechal Lott”, “Primeira palavra de fé e tranquilidade ao povo Brasileiro” em referências as ações do presidente em exercício, Ranieri Mazzili, e “Ordem para bombardear Palácio Piratini”.

Na edição de 30 de agosto de 1961, do jornal A Voz da Serra, a publicação “Erechinese alista-se voluntariamente no Exército da Legalidade em defesa da Constituição Brasileira”, a matéria informava que em entrevista com o Sr. Affonso dos Santos Tacques, Sub-Presidente da Comissão Estadual de Energia Elétrica, foi solicitada a publicação de um radiograma enviado ao próprio governador Brizola, no qual Tacques dizia:

Erechim, 29 de agosto de 1961.

Exmo. Sr.

Eng. LEONEL DE MOURA BRIZOLA

DD. Governador do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PALÁCIO PIRATINI

PORTO ALEGRE

Senhor Governador.

Nestas horas difíceis porque passa a nacionalidade, mister se torna que todos os brasileiros e, principalmente nós, os gaúchos, que sempre tão bem nos soubemos impor em respeito à cidadania; já por nossos antepassados que nos orgulharam ao marcar as mais belas páginas da história brasileira, não poderíamos, neste momento, quando são observadas perigosas manobras anti-constitucionais forjadas por

audaciosos “gangster” do Poder, silenciar, servindo de cobaia àqueles maus brasileiros que vêm procurando, de maneira excusa e descabida atirar a nação ao jugo da comandita internacional que, já há muito, vem pressionando para impedir que o Brasil marche rumo ao seu grande destino.

Senhor Governador.

As atitudes o destemor e o elevado espírito de patriotismo que V. Excia. vêm demonstrando e que, sem dúvida, servirá de exemplo à nacionalidade, movimentada os ânimos dos conterrâneos e do Brasil inteiro a dispor-se em favor da Constituição, com esse em tão boa hora formado, EXERCITO DA LEGALIDADE.

E assim sendo, por este meio, queremos nos entregar, decididamente, ao Comando do Referido Exército da Legalidade, para bem servir os mais altos desígnios do Brasil. (p. 01)

A campanha da legalidade, liderada pelo então governador, Leonel de Moura Brizola, iniciou em agosto de 1961 e com a posse do presidente João Goulart, em setembro do mesmo ano, com o objetivo parcialmente alcançado devido a implementação do regime parlamentarista, teria terminado.

No dia 29 de agosto de 1961, durante sessão na Câmara dos Vereadores, contando com a presença do prefeito municipal, ficou bastante evidente o apoio petebista à Campanha da Legalidade. O prefeito municipal Arlindo Guerino Chiaradia, o presidente da Câmara dos Vereadores de Campinas do Sul Venâncio Hugo Della Latta e, conforme Della Latta (2019), o politicamente neutro, Padre Ângelo Moriconi, discursam:

Proclamação do Prefeito Municipal e do Presidente da Câmara Municipal, endereçado ao eminente governador do Estado, Dr. Leonel de Moura Brizola, dando pleno apoio a Campanha da Legalidade, por ocasião dos graves acontecimentos que abalou a nação, pela renúncia do Presidente da República, Dr. Jânio da Silva Quadros. Diante desta grave situação política, o Sr. Presidente declara que este Legislativo esteja em Sessão permanente, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Neste momento o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Prefeito, o qual num brilhante improviso discorreu sobre os graves acontecimentos que está abalando os alicerces da Nação, projetando numa guerra fratricida e conclama a todos à cerrarem fileira em torna da causa da legalidade. Fez uso da palavra o Pe. Vigário, o qual declara a sua tomada de posição diante destes acontecimentos, dando pleno apoio a causa justa da Legalidade, repudiando o sistema ditatorial, dizendo que a melhor das Ditaduras não se compara com a pior das democracias. O regime de ditadura escraviza o homem, tornando-o uma simples máquina, sem sequer conhecer sua dignidade. Entre outras palavras, diz “Eu tenho a certeza que a justiça vencerá e quanto antes se restabeleça a paz e a ordem, e que Deus nos livre de uma guerra civil e elevemos neste momento o nosso pensamento para o céu, pedindo à Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, que ilumine os nossos governantes, e que abençoe a nossa pátria”[...] O Sr. Presidente agradeceu, os presentes que compareceram nesta Sessão de caráter

permanente, e conclamou os nobres colegas, as autoridades civis, militares e eclesiásticas a cerrarem fileira para defender os princípios soberanos, que regem a Constituição, solidarizando-se com o Governador Leonel Brizola, e o Comandante da 3ª Região Militar e o Comandante da 5ª Zona Aérea, os quais se empenharam de lutar contra o Golpe, formando um só bloco, lutando pela Legalidade. (Livro de Atas 1-A)

O petebista, Pantaleão Lopes, presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria, enviou uma mensagem direcionada a casa legislativa campinense, no qual sugere a formação de “um posto de voluntário em defesa a legalidade e das liberdades ao Marechal Teixeira Lott, vítima das forças reacionárias”. (Livro de Atas 1-A). Apesar de ter sido lida após a posse do presidente João Goulart, logo, a campanha da legalidade obteve sucesso, com a mensagem em questão, podemos observar a forma, a demora para o recebimento e a frequência da troca de correspondências. Ainda sobre a mensagem, quando o vereador Lopes informa que o Marechal Teixeira Lott estava sendo vítima das forças reacionárias, está se referindo a prisão do Marechal por se contrapor, quanto da posse do presidente João Goulart, ao Ministro da Guerra.

Na edição, do dia 31 de agosto de 1961, do jornal A Voz da Serra, era anunciado “Legislativo Erechinense toma Posição pela Legalidade”, o legislativo de Erechim comunicava o Governador do Estado, 5ª Zona Aérea, o 3º Exército, entre outros, informava a sua posição em defesa da Legalidade.

Se no país o medo comunista estava bastante presente nos discursos políticos, em Campinas do Sul temos três questões que precisam ser observadas. A primeira constatamos, na ata do dia 7 de novembro de 1961, em correção a ata do dia 31 de outubro 1961, para seguinte aprovação, o vereador Ulrich Hermann Hoschele, do PSD, esclarece novamente sua visão referente sua fala onde diz: entre o “parlamentarismo e socialismo devia ser mais claro, dizendo que o parlamentarismo seria o verdadeiro sistema de governar um povo, e o socialismo é um governo imposto onde não são respeitados os direitos da criatura humana”. (Livro de Atas 1-A). A referência do vereador pessedista é devido a adoção imposta do parlamentarismo no Brasil. Como citado anteriormente, o próprio Governador do Estado, Leonel de Moura Brizola, não se posicionava contra o sistema parlamentarista, mas sim a forma e as características que o Brasil adotou para a sua implementação. Dessa forma, o vereador Hoschele, valida a ação tomada pela adoção do novo sistema e julga não sendo democrático o sistema socialista. Com isso, se o presidente João Goulart fosse comunista, com o parlamentarismo, sua ação de governar não teria tantas possibilidades.

Segunda questão, é bastante evidente presente nas sessões solenes, consequentemente

com a própria comunidade local, diz respeito a religiosidade. Foram inúmeras vezes aferida a presença do vigário, além de autoridades religiosas. No dia 5 de abril de 1962, por exemplo, ficou marcada de fato a religiosidade. O livro sagrado, a Bíblia, é introduzido ritualisticamente na casa legislativa. E por sugestão do Padre Alfredo Beltrame, seria oportuno a leitura de trechos da “Sagrada Bíblia, (5 a 10) minutos antes de cada sessão, sendo este ato aprovado pelos vereadores presentes”. (Livro de Atas 1-A). Ritual esse que perdura até os dias atuais.

Considerando que, em SÁ MOTTA (2002, p. 20, apud Martins, 2012), o comunismo “negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu, (...) pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família, defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem embasadas em Deus”. Podemos considerar, devido a religiosidade local, qualquer ato que fosse contra os princípios da Igreja Católica, sofreria bastante resistência por parte da população campinense.

A terceira questão, constatamos em ata, do dia 5 de abril de 1962, o discurso do vereador petebista Juracy Fanfa Ribas, afirmando o seu posicionamento e repudiando a ação do governo estadual, referente as desapropriações das terras da Fazenda Sarandí, e ainda apresentando, a determinada ação, com características comunistas. (Livro de Atas 1-A)

No Jornal Voz da Serra, do dia 3 de maio de 1959, ainda como candidato a vereador para o mandato temporário, e concorrendo pela sigla PRP, Juracy Fanfa Ribas afirma de forma categórica

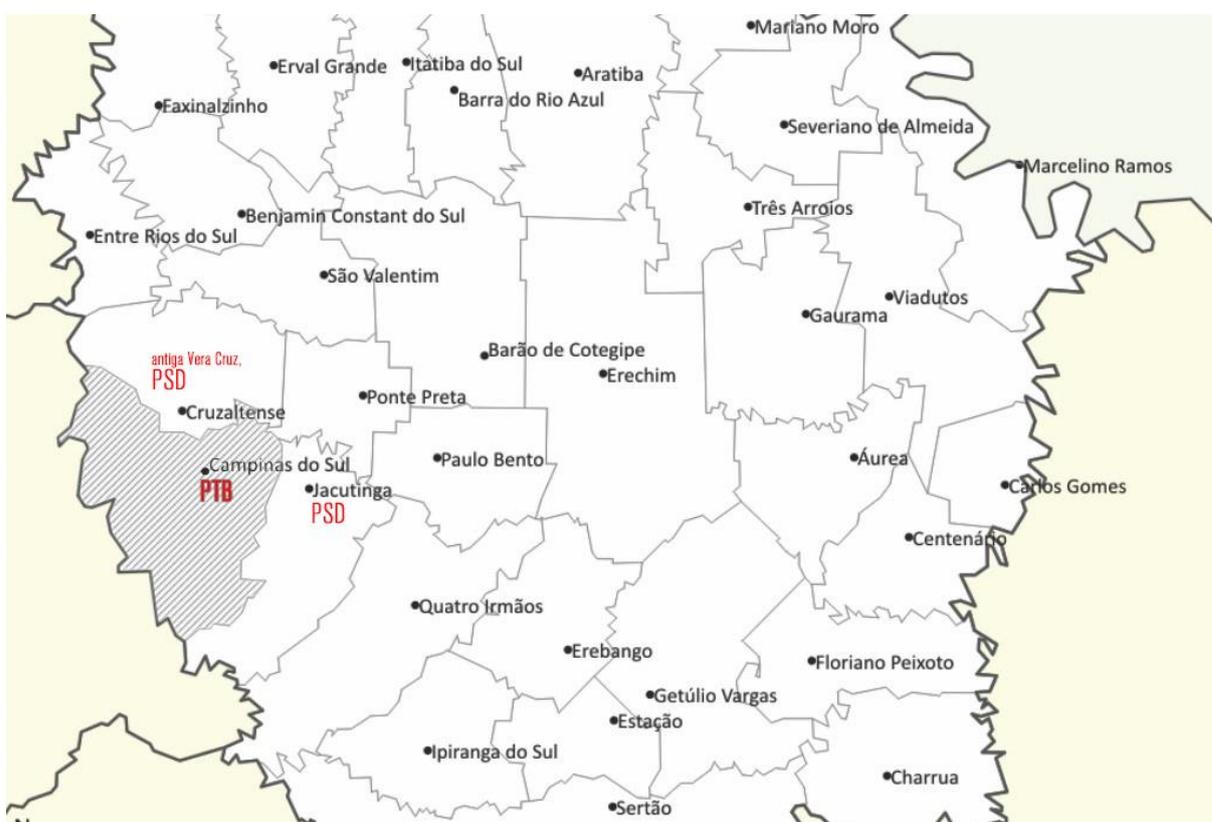
Jamais pensei em pertencer ao credo vermelho. Ou mesmo ser partidário do bolchevista Luiz Carlos Prestes. Os boatos que surgiram, não passam de elementos detratores, visando colocarme em situação difícil entre meus amigos e correligionários.

Conforme Della Latta (2019), o vereador Ribas além de anticomunista era também um grangeiro. Muitos grandes produtores rurais, assim como uma parcela considerável de pequenos donos de terra, na época, sentiram medo de que o governo pudesse desapropriar qualquer propriedade. Assim, até por uma questão de manutenção do status quo, era oportuno para os donos de terras, se posicionar contra a Reforma Agrária proposta pelo Presidente João Goulart. Posteriormente, porém antes do pleito seguinte, em 1963, o vereador Ribas, que fora do PRP e do PTB, migraria para o PSD.

4.2 CAMPINAS DO SUL PÓS-1964

Nas eleições municipais de 1963, houve um acirramento dentro do PSD. Como mostra a figura 11, a força petebista estava concentrada no Distrito sede, já as forças políticas pessedistas estavam no Distrito Jacutinga, geograficamente a direita do Distrito sede, esse com forte interesse emancipatório e na comunidade de Vera Cruz, geograficamente a esquerda do Distrito sede, localidade do líder Ulrich Hermann Hoschele que não era a favor da emancipação do Distrito Jacutinga.

Figura 11 – Distribuição da força partidária em Campinas do Sul.



(Fonte: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-norte.pdf>. Acesso em novembro de 2018. Editado, sinalizando a força partidária, por Renan Pasa).

Conforme Venâncio Hugo Della Latta (2018) e Nelso Della Latta (2019), quando ainda vereador, e para esse pleito candidato a prefeito, Venâncio Hugo Della Latta sinalizou que apoiaria a emancipação de Jacutinga. Com a não adesão pelos anseios de Jacutinga, o candidato a prefeito pessedista, Ulrich Hermann Hoschele e o candidato a vice-prefeito, o ex-petebista, Juracy Fanfa Ribas, acabaram isolados e perdendo as eleições.

Com isso, para a administração que iniciaria em 1º de janeiro de 1964 e terminaria em

31 de janeiro de 1969, foram eleitos Venâncio Hugo Della Latta para prefeito e Etelvino Vendruscolo para vice-prefeito, ambos do PTB. Os vereadores eleitos para esse período foram: Nelso Della Latta, do PTB; Arlindo Guerino Chiaradia, do PTB; Ângelo Joaquim Pasa, do PTB; Heraclides de Azevedo, do PTB; Herwin Sperkacker, do PSD; Primo Santin, do PSD, e Olinto B. Battiston, do PSD.

Menos de um mês antes do golpe militar, na ata do dia 6 de março de 1964, surge nas pautas legislativas, o assunto referente ao Grupo dos 11 e ao Grupo dos 20. Na ocasião, o vereador Olinto Battiston, do PSD, constatou ter “recebido diversos pedidos de informações sobre o Grupo dos 11 e dos 20. Qual é a sua função? Creio que o Grupo dos 20, tenha aparecido de outra parte da dos 11”. Logo na sequência, o vereador Ângelo Joaquim Pasa, do PTB, respondendo ao questionamento referente ao Grupo dos 11 e dos 20, informa que na comunicação de ambos os grupos “dizem: segue instruções”. (Livro de Atas 1-A)

Com o pronunciamento do vereador Ângelo Joaquim Pasa, “segue instruções”, em resposta ao vereador Olinto Battiston, é possível concluir que havia o conhecimento da existência dos Grupos de 11 e do Grupo dos 20, bem como, uma sugestão de suas funções, ou seja, ambos subordinados a instruções. Pelo registro em ata, o assunto não foi mais desenvolvido.

Na ata do dia 13 de março de 1964, o presidente da casa legislativa, o vereador e ex-prefeito municipal, Arlindo Guerino Chiaradia, do PTB, solicita a palavra e dispara:

Para nós é motivo de imensa satisfação tomar conhecimento que o Exmo. Sr. Presidente da República assinou o expediente da SUPRA que desapropria terras nas margens das rodovias, queremos deixar público o reconhecimento e agradecimento, do PTB, por esta decisão tomada. Não é possível que a vossa nação se esquive a fazer esta Reforma, não querem os capitalistas e latifundiários. [...] Esta face o Sr. Presidente pode dar a Nação [...], precisamos das reformas: agrária – tributária – eleitoral e da contribuição. (Livro de Atas 1-A)

No decorrer, ainda com a palavra, Chiaradia explana que o Brasil precisa eliminar a sua dependência dos países estrangeiros. É preciso desenvolver o país e que empresas nacionais se desenvolvam e provenham o desenvolvimento da nação. A bancada petebista, presente na sessão, congratularam e reiteraram as palavras do vereador.

Podemos observar, no discurso de Chiaradia, uma semelhança e valorização dos ideias petebistas. Leonel de Moura Brizola, quando fora governador do Estado do Rio Grande do Sul, além de desapropriar a fazenda Sarandi, encampou a filial da ITT, a Companhia Telefônica Riograndense.

Entre as sessões do dia 13 de março de 1964 e 30 de abril de 1964, houve recesso no legislativo. Nelso Della Latta (2019), comenta que o recesso se deu de forma espontânea, a fim de aguardar o desdobramento dos acontecimentos no âmbito nacional.

Na sessão seguinte ao recesso, como consta em ata, na sessão do dia 30 de abril de 1964, o Prefeito Municipal é convidado a apresentar um balanço sobre o ano 1963/1964. Em um primeiro momento não houve pronunciamento sobre o golpe de estado.

Na ata do dia 11 de maio de 1964, Itelvino Scaranto, vereador suplente pelo PSD, é empossado vereador. Em sua primeira fala na casa legislativa, se dirigindo ao Exmo. Sr. Presidente da República, parabeniza pela sua eleição e posse, na oportunidade ainda declara total apoio as “atitudes democráticas dos últimos acontecimentos nacionais”. O presidente, referido pelo vereador pessedista, é o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Na ocasião da fala, início dos governos militares, as eleições presidenciais ainda não haviam sido suspensas. Neste dia, durante a sessão, observamos alguns desentendimentos impacientes entre o vereador Scaranto e a bancada petebista, principalmente o vereador Ângelo Joaquim Pasa.

Para Nelso Della Latta (2109), o teor do embate entre Scaranto e Pasa, era devido a questões políticas e também por questões de fora da casa legislativa, o Ginásio Estadual, no qual Pasa era diretor e posteriormente, ao golpe militar, Scaranto assumiu a direção.

Na Região do Alto Uruguai gaúcho, assim como em todos os cantos do país, com o golpe militar de 1964, iniciou-se uma perseguição explosiva aos simpatizantes de líderes petebistas, políticos, sindicalistas e aos comunistas.

Os executores do golpe militar esmeravam-se, através da imprensa, em apresentar as provas de que agiam corretamente, isto é, de que o golpe militar que depusera João Goulart fora extremamente necessário para frear a guerra revolucionária e a invasão comunista já em andamento. Nesse contexto, os Grupos de Onze [...] foram alvo de constantes manchetes nos principais jornais do país, que desencadearam uma verdadeira “caça às bruxas”, tendo em vista dismantelar os perigosos grupos armados comunistas. Assim, os que tinham tido seu nome ligado de alguma forma a esses grupos foram alvo de prisões, perseguições, denúncias, cassação de mandatos e envolvidos em processos-crime. (BALDISSERA, 2005. P. 143)

Na ata correspondente aos 21 dias do mês de outubro de 1964, o presidente da casa legislativa, Arlindo Guerino Chiaradia solicita a palavra e denúncia

Tivemos a pouco tempo uma revolução para reorganizar o Brasil e frear os maus políticos, para ver se o Brasil pudesse ou poderá mudar de rumo. Nós não a acompanhamos, a recebemos em princípio para ver se o Brasil vá melhorar na sua produção. Vimos serem cassados os mandatos de políticos benéficos [...]. Estamos vendo de dia a dia que passa, a coisa está ficando cada vez mais difícil para aqueles que trabalham e para aqueles que não tem diante de si meios necessários para fazerem seus negócios. Aqueles que já eram ricos, se continuar assim, tornar-se-ão cada vez mais ricos, os remediados ficarão pobres e os pobres se tornarão esmoleiros.

A fala acima, se dá aproximadamente sete meses após o golpe militar, o petebista, Arlindo Guerino Chiaradia, em um contexto mais amplo, incluindo questões referentes ao ginásio escolar e a confrontos partidários no próprio município, promove uma observação crítica a situação em que o Brasil se encontrava. Novamente assinalamos o discurso de Chiaradia muito próximo aos discursos dos petebistas nacionais.

Nelso Della Latta (2019) nos relata que, a partir do momento em que os vereadores petebistas observaram que o regime militar estava consolidado, por uma questão de não criarem atritos e de não se colocarem em perigo, os discursos de enfrentamento foram diminuindo constantemente.

Para o terceiro pleito, e último de nosso recorte temporal, para a administração 1969 a fim de 1972, novamente constatamos a hegemonia petebista e agora, com o advento do bipartidarismo, emedebista. Foram eleitos Arlindo Guerino Chiaradia para prefeito e Etelevino Vendruscolo para vice-prefeito, ambos do MDB. Os vereadores eleitos foram: Altair Caldart, da ARENA; Osmar Antônio Zancanaro, do MDB; Antônio Colpani, da ARENA; Pedro Pagliarini, da ARENA; Antônio Manuel Gomes, do MDB; Miguel Pinto de Toledo, do MDB, e Santo Clivatti do MDB.

Das atas de 1964, passamos a analisá-las a partir de 11 de setembro de 1968, meses antes da implementação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). A partir desta data, não registramos nada que auxiliasse no presente trabalho. Apenas, na ata do dia 18 de abril de 1969, a bancada petebista, os vereadores: Santo Clivatti, Miguel Pinto de Toledo e Antônio Manuel Gomes, solicitam a declaração de perda de mandato do vereador Osmar Zancanaro. (Livro de Atas nº 1-B)

4.3 GRUPO DOS ONZE E AS PRISÕES EM CAMPINAS DO SUL

Logo no início de abril de 1964, mais precisamente, conforme Adamczyk (2018), em 9 de abril de 1964, foram criados os

Destacamentos Volantes da Brigada Militar, batalhões com cerca de 100 homens cada, [...] a partir do Decreto Estadual nº 16.522 [...]. Na prática, a sua função era fazer uma patrulha ideológica nos locais determinados pelo governo do Estado e pelo Comando Geral da BM. (p. 39)

Erechim recebeu um desses batalhões. Para Baldissera (2005), “Em 14 de abril, esse destacamento já se encontrava instalado na cidade de Erechim. Os participantes dos Grupos de Onze foram enquadrados no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional” (p. 145). Ainda Baldissera (2015)

As pessoas cujos nomes constassem nas listas ficavam presas em Erechim cerca de três a cinco dias, o que variava de acordo com o seu grau de subversão e com o fato de seu nome apenas constar na lista ou de ser líder do grupo. Os organizadores das listas eram os que permaneciam mais tempo presos, pois o “esclarecimento” a respeito do local onde estariam as armas e os pretensos planos dos grupos demandava mais tempo. (p. 143)

Para Adamczyk (2018), o destacamento volante ficou instalado na cidade até o dia 9 de outubro. Era composto por “82 soldados, 5 sargentos, 2 tenentes, 1 capitão e o comandante Cel. Gonçalino Curio de Carvalho” (p.40).

No livro “Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil 1961 - 1979” podemos observar a presença de alguns campinenses e ou pessoas que ficaram detidas na Delegacia de Campinas do Sul e/ou no município de Erechim, segue informações conforme consta na obra citada:

- Antônio Dall Agnol (processo: 4611-1200/98-7), comerciante, petebista acusado de ser comunista e fazer parte do Grupo dos Onze. Ficou preso de 15/04/1964 a 20/04/1964 no presídio de Erechim e posteriormente em prisão domiciliar de abril de 1964 a 25/11/1964. No processo, citou como companheiro de prisão Larureano Dall Agnol.

- Antônio Zancanaro (processo: 4612-1200/98-0), comerciante, petebista acusado de participar do Grupo dos Onze. Ficou preso de 15/04/1964 a 20/04/1964 no presídio de Erechim e posteriormente em prisão domiciliar de abril de 1964 a 25/11/1964.

- Avelino Segundino Pasa (processo: 6025-1200/98-5), contador, petebista preso de 18/04/1964 a 22/04/1964 no presídio de Erechim. Indicou como companheiros de prisão: Antônio Zancanaro, Idalino Baccin, Ítalo Baccin e Lino Turra.

- Delvino Angelo Bernardi (processo: 4607-1200/98-1), vendedor, petebista preso por fazer parte do Grupo dos Onze. Ficou preso de abril de 1964 a 25/11/1964, tendo que se apresentar semanalmente na Delegacia de Polícia de Campinas do Sul.

- Dileto Dellani (processo: 2481-1200/02-4), agricultor, petebista preso por fazer parte do Grupo dos Onze. Ficou preso de 27/05/1964 a 31/05/1964 na Delegacia de Campinas do Sul e transferido para a cidade de Erechim.

- Heraclides de Azevedo (processo: 3133-1200/98-8), inspetor de polícia, petebista ficou preso por algumas horas no dia 11/04/1964 na cidade de Campinas do Sul, de 12/04/1964 a 14/04/1964 na cidade de Cruz Alta e de 15/04/1964 a 03/06/1964 no DOPS.

- Idalino Ambrosio Baccin (processo: 4610-1200/98-4), operário, petebista preso de 15/04/1964 a 20/04/1964 no presídio de Erechim e posteriormente de abril de 1964 a 25/11/1964 em prisão domiciliar.

- Italo Ambrosio Bacin (processo: 4609-1200/98-7), empresário de transportes, petebista preso de 15/04/1964 a 20/04/1964 no presídio de Erechim e posteriormente de abril de 1964 a 25/11/1964 em prisão domiciliar.

- Laureano Dall Agnol (processo: 4688-1200/98-9), comerciante, petebista preso de 15/04/1964 a 20/04/1964 no presídio de Erechim e posteriormente de abril de 1964 a 25/11/1964 em prisão domiciliar. Indicou como companheiro de prisão, Antônio Dall Agnoll.

- Lino Turra (processo: 4613-1200/98-2), barbeiro, petebista preso devido acusação de pertencer ao Grupo dos Onze. Preso de 15/04/1964 a 20/04/1964 no presídio de Erechim e permaneceu em prisão domiciliar até 25/11/1964, tendo que se apresentar semanalmente na Delegacia de Polícia de Campinas do Sul. Citou como companheiros de prisão: Antônio Zancanaro, Idalino Baccin, Ítalo Baccin e Avelino Segundino Pasa.

- Placido Rigo (processo: 6582-1200/98-9), petebista acusado de pertencer ao Grupo dos Onze. Ficou preso de maio a novembro de 1964.

- Santo Clivatti (processo: 6589-1200/98-8), secretário municipal, integrante do PTB e posteriormente do MDB. Foi preso no final de 1969 por três dias, em Erechim e Passo Fundo.

- Vicente Battisti (processo: 4614-1200/98-5), comerciante, petebista. Ficou preso de 15/04/1964 a 19/04/1964 no presídio de Erechim e de abril a 25/11/1964 em prisão domiciliar. Segundo o acusado, foi preso para que apresentasse informações sobre o Grupo dos Onze.

Na ata nº 23/64, do dia 29 de dezembro de 1964, constatamos a leitura do Ofício nº 345

da 3ª auditoria da 3ª Região Militar “Sr. Delegado. Comunica-vos, para os devidos fins, que foi arquivado inquérito Policial em que figuravam como indiciados os civis Heraclides de Azevedo e outros, a pedido do Promotor de Justiça. Atenciosas saudações. Ass. Gilberto de Oliveira Lomônaco – Auditor”. (Livro de Atas 1-A)

Segundo Nelso Della Latta (2019), Heraclides de Azevedo, na ocasião de sua prisão, fazia parte da bancada petebista do legislativo campinense, ficou 30 dias incomunicável. Ali houve uma suposição, devido o tipo da máquina de escrever [da delegacia], que havia a formação do Grupo dos Onze. Supostamente havia sido usada a máquina da delegacia na formação dos grupos. Oficialmente isso nunca ficou confirmado. No processo, Azevedo indicou como testemunhas entre outros, Valdir Arcoverde e Coradino Dias Batista. Valdir Arcoverde, foi um médico que morou e trabalhou em Campinas dos Sul e que veio a se tornar ministro da saúde do governo do General João Figueiredo. Coradino Dias Batista, segundo Nelso Della Latta (2019), era representante do Exército em Campinas do Sul.

Nelso Della Latta (2019), relata que alguns homens (não nos informou quem eram), o procuraram para fazer parte do Grupo dos Onze. Por analisar a conjuntura política bastante crítica, e considerar agir com cautela, não aceitou o convite. Ainda Nelso Della Latta (2019), levanta a possibilidade, destes homens que o procuraram, terem também procurado o vereador petebista Heraclides de Azevedo.

No decorrer dos acontecimentos, Nelso Della Latta (2019), acrescenta que em um determinado dia, chegou um caminhão cheio de policiais do exército. Os policiais desceram do caminhão em frente a casa do Italo Baccin, ao tentar abordar os policiais para tentar compreender o acontecimento e defender seu vizinho, Nelso Della Latta foi logo interrompido, sendo ameaçado de que qualquer atitude contra a ação poderia torna-lo preso também.

Em Baldissera (2005) encontramos o relato de Iracema Baccin, filha de Italo Baccin: “Eu me lembro que veio um caminhão cheio de policiais, todos munidos de armas para prendê-lo, como se ele fosse um homem perigoso”. (p. 146). A própria autora, Baldissera (2005), informa que Italo Baccin era um líder do Grupo de Onze em Campinas do Sul. Outro membro do Grupo dos Onze em Campinas do Sul, segundo Zulma Gema Pasa (2019), foi o seu pai Adolpho Grando.

Em seu relato, Zulma Gema Pasa (2019), informa que seu pai não foi preso, mas que constantemente se mostrava apreensivo devido ao medo da polícia aparecer e, assim como fizeram com os demais campinenses, o levassem para a prisão em Erechim. Na foto abaixo, na residência de Adolpho Grando, podemos observar na parede um cartaz de João Goulart, a foto é de aproximadamente 1957.

Figura 12 – Ivone Grando e cartaz de campanha a vice-presidente João Goulart.



(Fonte: Arquivo pessoal Zulma Gema Pasa).

Outro episódio, desses primeiros dias de abril de 1964 é narrado por Zulma Gema Pasa (2019). Em seu relato, apresenta Avelino Segundino Pasa como padrinho do casamento de Elói Dal Piva e com a chegada da polícia foi preso juntamente com outros homens. Nas imagens abaixo podemos observar Avelino Segundino Pasa acompanhado de Edite Pelissari, em seguida a foto do casamento de Elói Dal Piva onde Edite Pelissari é acompanhada, devido a prisão de Avelino Segundino Pasa, por seu pai, Inácio Pelissari. Referente a esse episódio, Nelso Della Latta (2019), também relata que os policiais que chegaram na cidade levaram Avelino Segundino Pasa que estava convidado para uma cerimônia de casamento.

Figura 13 – Avelino Segundino Pasa e Edite Pelissari.



(Fonte: Arquivo pessoal Zulma Gema Pasa).

Figura 14 –Inácio Pelissari (esq.) acompanhando a filha Edite Pelissari. Casamento de Elói Dal Piva



(Fonte: Arquivo pessoal Zulma Gema Pasa).

Nelso Della Latta (2019), nos relata ter sido criada uma comissão formada pelo Padre Ângelo Moriconi, pelo presidente da Câmara de Vereadores Arlindo Guerino Chiaradia, pelo prefeito municipal Venâncio Hugo Della Latta e pelos vereadores petebistas Ângelo Joaquim Pasa e Nelso Della Latta. A comissão tinha por objetivo ir até Erechim e ver qual era a situação das pessoas que haviam sido presas. Em Erechim, estavam presas aproximadamente 300 pessoas de toda a região. A comissão campinense, na noite anterior, tivera um encontro com o ex-prefeito e, que devido a cassação de vários deputados gaúchos com o golpe militar, futuro deputado José Mandelli Filho, que juntos levaram agasalhos para os presos.

Baldissera (2005), apresenta o depoimento de Valentina Baccin, esposa de Italo Baccin, no qual diz: “Quem foi lá libertar eles [*presos políticos*] foi o padre Ângelo, dizer que não eram comunistas, que aqui [*em Campinas do Sul*] não tinha ninguém comunista”. *Grifo nosso* (p.167)

Venâncio Hugo Della Latta (2018), apresenta como foi a recepção feita pelo coronel Gonçalves. Juntamente com a comissão, Venâncio Hugo Della Latta teria anunciado que não havia comunistas em Campinas do Sul, e de forma fria, Gonçalves respondeu: “está cheia de comunistas”, se referindo a Campinas do Sul.

Posteriormente, com uma informação cedida por Coradino Dias Batista ao próprio

Nelso Della Latta, Nelso Della Latta (2019), relata que a Comissão formada para visitar os presos campinenses era constantemente vigiada e o próprio Coradino era o responsável por enviar relatórios mensais das ações dos integrantes: Padre Ângelo Moriconi, Arlindo Guerino Chiaradia, Venâncio Hugo Della Latta, Ângelo Joaquim Pasa e Nelso Della Latta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência na utilização de entrevistas, de pessoas que vivenciaram os anos 1960 em Campinas do Sul, como uma fonte histórica foi muito prazerosa além de contribuir para a história regional. O estudo da história regional permite a compreensão de como se deu a construção de uma identidade. A proximidade e relatos dos agentes históricos tornam a experiência do historiador muito mais humana.

Da mesma forma que a utilização de fontes orais foi muito importante, o contato com os documentos institucionais e da imprensa local da época serviram como base para a validação e complementação na narrativa deste trabalho.

A polarização partidária campinense, iniciada com o PTB x PSD, que com o passar dos anos foi sendo renomeada devido reformulações políticas e/ou partidárias, permanecem até os dias atuais. Com o bipartidarismo, instaurado com o AI-2, salvo algumas exceções, levou os membros petebistas optaram pelo MDB, assim como, os membros pessedistas optarem pela ARENA. Posteriormente, com a volta do pluripartidarismo, membros do MDB adotaram o PMDB, assim como, os membros da ARENA adotaram o PDS. Logo em seguida, observamos a união entre PMDB e PDT, ambos abrigando ex-membros petebistas e emedebistas.

Apesar de outros partidos políticos terem surgido em âmbito municipal, a polarização entre petebistas x pessedistas sempre foi bastante evidente e decisiva nos pleitos eleitorais. Até os dias atuais, Campinas dos Sul presenciou apenas duas ocasiões em que os polos se uniram. A primeira, apesar de parte da população não apoiar, em 1959, ação necessária tendo em vista o interesse maior, a organização do novo município. E uma segunda oportunidade, essa podendo ser observada por dois ângulos. O primeiro ângulo, por ter surgido uma terceira via, o PT, com chances de vitória no pleito de 2004, PMDB (herdeiro do PTB campinense) e PP (herdeiro do PSD campinense) se unem para derrotar a possibilidade de ruptura de ora um, ora outro estarem no poder. O segundo ângulo seria o fenômeno eleitoral da terceira via, o PT, só ter sido de fato um risco à ruptura do resultado dos pleitos eleitorais até então, devido ao descontentamento da coligação PMDB e PP por parte dos próprios correligionários.

Nos 60 anos de emancipação político-administrativa, somente em duas administrações o poder legislativo teve a sua maioria oposicionista. Com isso, as ações e propostas do executivo sempre foram beneficiadas devido a maioria no legislativo. Cada administração realizou obras e feitos para a comunidade, algumas em maior nível outras nem tanto. Não é difícil ouvir os munícipes relatando que muitas administrações privilegiaram seus correligionários.

No que diz respeito ao nosso recorte temporal, 1959 a 1972, as vozes representativas do

povo campinense, tomaram as medidas e os espaços que lhe cabiam em seu determinado tempo. Campinas do Sul, felizmente, não foi uma exceção na campanha da legalidade, os seus representantes e líderes religiosos sempre se mostraram ativos na busca pela manutenção da constituição e pela posse do presidente João Goulart. As ações políticas dos campinenses estiverem em harmonia com as ações dos agentes políticos de seus partidos de Erechim e do Estado do Rio Grande do Sul.

Um fator que conseguimos identificar através dos entrevistados, mas sobretudo dos discursos políticos dos agentes legislativos, mostram que, em Campinas do Sul, as vozes representativas tinham as ideias dos líderes Getúlio Vargas, Leonel Brizola, João Goulart e Alberto Pasqualini bastante presente. Logo, qualquer ação solicitada por eles, no mínimo, seria considerada.

A hegemonia política petebista/emdebista durante os anos 1960, mais precisamente de 1959, ano da emancipação político-administrativa de Campinas do Sul, a 1972, último ano de administração dos agentes políticos eleitos no último pleito da década de 1960, primeiramente ocorreu pelo fato do abandono da convenção partidária petebista e pela adoção do consenso entre PTB e PSD. A vitória no segundo pleito eleitoral, em 1963, pelo PTB, ocorreu, principalmente, pela habilidade política de Venâncio Hugo Della Latta, o qual conseguiu os votos do eleitorado pessedista do Distrito Jacutinga e, dessa forma, desestabilizou a organização partidária do PSD.

Os pessedistas do Distrito Jacutinga acabaram votando no candidato petebista, Venâncio Hugo Della Latta, por esse ter sinalizado o apoio a emancipação de Jacutinga e, pelo fato de que o candidato pessedista, Ulrich Hermann Hoschele não ter sido favorável a emancipação jacutinguense.

Com a emancipação de Jacutinga e a força do PSD/ARENA separada somando o fator de Arlindo Guerino Chiaradia ser um candidato bastante experiente e, nesse pleito, com bastante apoio político devido ao rompimento do PSD/ARENA, no pleito de 1968, o PTB/MDB novamente consegue lograr êxito, tanto no executivo quanto no legislativo, dessa forma permaneceria no poder de 1959 até o último ano da administração iniciada em 1969, o final de 1972.

Assim, podemos concluir que, em um primeiro momento, a hegemonia política petebista/emdebista, em Campinas do Sul, durante a década de 1960 ocorreu pelo simples fato dos arranjos políticos locais, ou seja, não houve uma questão de força política maior.

Agora infelizmente, Campinas do Sul, também não foi uma exceção no que diz respeito as arbitrariedades do regime militar. Muitos campinenses tiveram suas liberdades violadas. Não

devemos utilizar a disciplina História como o modelo a ser seguido. Cada período possui suas questões a serem observadas e estudadas. Conforme Albuquerque Júnior (2008)

A tarefa do historiador não é nos aproximar do passado, mas dele nos distanciar, retrabalhando-o no presente, fazendo este novamente fazer sentido para nosso tempo, um sentido outro do que aquele que teve para seu próprio tempo, sentido irrecuperável em grande medida. Cada vez que nos propomos a fazer história regional estamos, ao mesmo tempo, repondo em discussão, fazendo novamente ressoar e fazer sentido uma dada identidade regional, mas também a estamos modificando a partir da ótica, do olhar, da visibilidade e dizibilidade de nosso tempo, da qual não podemos escapar, embora estas não sejam homogêneas ou unitárias. (p. 9)

Uma vez que, não observamos em nenhum documento ou relato a existência de comunistas, muito pelo contrário, identificamos a existência de os próprios petebistas julgarem algumas ações mais reformistas de comunistas, as arbitrariedades cometidas pelo governo militar, em Campinas do Sul, só podem ter se dado pelo fato da simpatia pelos líderes estaduais e nacionais do PTB, bem como pela formação de alguns Grupo dos Onze. Porém, cabe avaliar que a participação de alguns campinenses nos Grupo dos Onze se dava pelo fato de Leonel Brizola ter convocado a organização, e esse ter muito apoio na região.

Jamais devemos aceitar sermos coniventes com regimes autoritários e sobre tudo que ferem os direitos humanos. Com isso, cabe a todo e qualquer ser humano, não somente aos historiadores, combater, primeiramente com o diálogo qualquer ato que fere os direitos humanos. Desta forma, para parte população campinense, que aproveitando as manifestações dos caminhoneiros de 2018, foram as ruas solicitando intervenção militar, deixamos, como consta no Livro de Atas 1-A da Câmara de Vereadores de Campinas do Sul, na sessão do dia 29 de agosto de 1961, as palavras do Padre Ângelo Moriconi “a melhor das ditaduras não se compara com a pior das democracias”.

REFERÊNCIAS

ADAMCZYK, Guilherme Luís. **Memórias sobre ditadura militar no norte do Rio Grande do Sul: o destacamento volante da brigada militar (1964)**. 2018. 74 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos de onze?** Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS; Passo Fundo: UPF Editora 2005.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**; 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

CORSI, Francisco Luiz. O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 6/7, p. 25-35, 1996.

CRUZALTENSE (WEBSITE). Disponível em: <http://www.cruzaltense.rs.gov.br/pagina/647/historia>. Acesso em: 21 out. 2018.

DELLA LATTA, Nelso. **Nelso Della Latta: A política campinense nos anos 1960** [mar. 2019]. Entrevistador: Renan Pasa. Campinas do Sul: 2019. 1 arquivo digital sonoro.

DELLA LATTA, Venâncio Hugo. **Venâncio Hugo Della Latta: A política campinense nos anos 1960** [out. 2018]. Entrevistador: Renan Pasa. Campinas do Sul: 2018. 1 arquivo digital sonoro.

DELLA LATTA, Venâncio Hugo. **Campinas do Sul e sua História**; Erechim: Graffoluz, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Getúlio Vargas: uma memória em disputa. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 16f.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Atos Institucionais**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acessado em: 6 de fevereiro de 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. Getulismo e Trabalhismo. In: BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos de onze?** Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS; Passo Fundo: UPF Editora 2005. p. 35.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração Judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization Association e colonização de Quatro Irmãos**; Porto Alegre: Martins Livreiro Editor 1997.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de prepara historiográfico. **XIII Encontro de História Anpuh-RIO**, Rio de Janeiro. 2008.

Ricardo Antonio Souza. **Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e**

exportação da Revolução. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, v. 1. 2009.

LEI AGAMENO DEFINE REGRAS ELEITORAIS. **Memorial da Democracia**, 2018. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lei-agamenon-diz-como-pais-que-estava-sob-uma-ditadura-se-organiza-para-ir-as-urnas>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

LIVRO DE ATAS Nº 1 - Câmara de Vereadores de Campinas do Sul. 1959-1961.

LIVRO DE ATAS Nº 1-A - Câmara de Vereadores de Campinas do Sul. 1961-1969.

LIVRO DE ATAS Nº 1-B - Câmara de Vereadores de Campinas do Sul. 1969.

LIVRO PARA REGISTRO DE CANDIDATOS Nº 09 - 70ª Zona eleitoral do Rio Grande do Sul. Getúlio Vargas. 1959.

LOPES, Jorge Arantes. Porque o presidente João Goulart teria que ser derrubado em 1964. **Multicultura Revista Eletrônica**, São Lourenço, v. 3, p. 16-35, 2018.

MARTINS, Antonione Rodrigues. O Imaginário Religioso Anticomunista Católico Brasileiro em 1964. XVIII Encontro Regional de História da ANPUH/MG. Mariana, 24 a 27 de julho de 2012.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, v. 1. 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). In: BALDISSERA, Marli de Almeida. Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS; Passo Fundo: UPF Editora 2005. p. 16.

PASA, Zulma Gema. **Zulma Gema Pasa: Prisões em 1964** [mar. 2019]. Entrevistador: Renan Pasa. Campinas do Sul: 2019. 1 arquivo digital sonoro.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil 1961 - 1979**; Porto Alegre: CORAG, 2014.

SILVA, Ionio Alves da. A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 12, nº 25, p. 37-49. Jul/dez 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**; 5. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida**; Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

VALLE, Maria Ribeiro do (org). **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**; Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2014.

JORNAIS

A Voz da Serra (Disponível no Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font - Erechim)

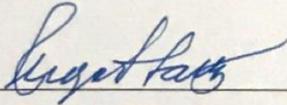
APÊNDICES – AUTORIZAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS - ERECHIM

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA – RENAN PASA
AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTAS

Eu VENÂNCIO HUGO DELLA LATA,
portador da cédula de identidade nº 1006999697, autorizo a guarda e
disponibilização da entrevista por mim cedida no dia 15/10/2018 e posteriormente
por mim conferida, para fins acadêmicos, ciente de que a mesma poderá vir a ser utilizada em
futuros trabalhos de pesquisa envolvendo seu conteúdo.


Entrevistado

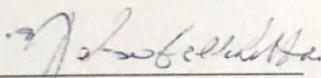
CAMPINAS DO SUL, 15/10/2018
Local e data



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS - ERECHIM

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA – RENAN PASA
AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTAS

Eu NGESO DELLA LATA,
portador da cédula de identidade nº 1013351935, autorizo a guarda e
disponibilização da entrevista por mim cedida no dia 26/03/2019 e posteriormente
por mim conferida, para fins acadêmicos, ciente de que a mesma poderá vir a ser utilizada em
futuros trabalhos de pesquisa envolvendo seu conteúdo.



Entrevistado

CAMPUS DO SUL, 26/03/2019
Local e data



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS - ERECHIM**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA – RENAN PASA
AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTAS**

Eu RENAN GEMA PASA,
portador da cédula de identidade nº 1013902976, autorizo a guarda e
disponibilização da entrevista por mim cedida no dia 23/03/2019 e posteriormente
por mim conferida, para fins acadêmicos, ciente de que a mesma poderá vir a ser utilizada em
futuros trabalhos de pesquisa envolvendo seu conteúdo.

Renan Gema Pasa
Entrevistado

CAMPINAS DO SUL, 23 DE MARÇO 2019
Local e data